



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA



Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento

Reassentamento Populacional na Implementação do Projecto das Áreas de
Conservação: O Caso do Parque Nacional de Limpopo, Distrito de Massingir
(2008 – 2013)

Supervisor: Prof. Doutor Arlindo Chilundo

Discente: Felizarda Machel

Maputo, Junho de 2014



Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento

Reassentamento Populacional na Implementação do Projecto das Áreas de
Conservação: O Caso do Parque Nacional de Limpopo, Distrito de
Massingir (2008 – 2013)

Dissertação de Mestrado a ser submetida à Faculdade de Letras e Ciências Sociais da
Universidade Eduardo Mondlane como parte do requisito necessário para a obtenção do
grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento.

Supervisor: Professor Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo

Candidata: Felizarda Francisco Machel

O JÚRI

Presidente

Fidelix Kuliposa

Supervisor

Arlindo Chilundo

Oponente

Inês Raimundo

Data

15/12/2014

Dedicatória

Dedico este trabalho de fim de curso ao Luís Paulo Mandlate, meu esposo, grande companheiro de todos os momentos e que muito contribuiu para que eu superasse todas as barreiras que fui encontrando durante o desenvolvimento da pesquisa e elaboração da presente dissertação. Aos meus filhos Ashley e Clayton, que todos os dias ao me desejar bom dia estimularam-me para a realização do presente trabalho. À minha mãe e aos meus irmãos que sempre me confortaram com uma palavra de coragem e se preocuparam com a minha vida.

Agradecimentos

Para que o presente trabalho fosse possível, contei com o apoio incondicional, relativamente ao qual serei eternamente agradecida das seguintes personalidades:

Professor Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo, meu supervisor, pela orientação académica dispensada, pela incansável paciência durante a elaboração do presente trabalho, das contribuições para a materialização do mesmo e pelo apoio moral prestado.

À Professora Doutora Inês Raimundo, pelo apoio prestado para a realização deste trabalho. Docentes do curso, pelo competente acompanhamento e pelos conhecimentos partilhados.

À Direcção Nacional das Áreas de Conservação - DNAC e Áreas de Conservação Transfronteiriças – ACTF, Ministério do Turismo, pela sua contribuição na viabilização da realização do trabalho de campo. À equipa do Parque Nacional de Limpopo pelo apoio prestado durante o trabalho de campo.

À Dra. Gaye Thompson e aos meus colegas de trabalho pelo apoio material e moral prestado durante a realização deste trabalho.

Ao terminar gostaria de agradecer ao meu grande amigo e esposo, Luís Paulo Mandlate pelo apoio concedido desde o primeiro momento do curso até hoje.

A todos os que directa ou indirectamente contribuíram para que a presente tese se tornasse realidade, expresso o meu mais sincero e profundo agradecimento e reconhecimento.

Declaração da Autora

Declaro por minha honra que esta dissertação para a obtenção do grau de mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento, é fruto de uma pesquisa conduzida por mim e nunca foi antes apresentada nem submetida a nenhuma instituição para quaisquer fins. Toda a bibliografia e as fontes consultadas estão indicadas no presente trabalho.

Maputo, Junho de 2014

A autora



Felizarda Francisco Machel

Resumo

O presente trabalho com o tema “Reassentamento Populacional na Implementação do Projecto de Áreas de Conservação – O caso do Parque Nacional de Limpopo, Distrito de Massingir, Província de Gaza (2008 – 2013), resulta do estudo das transformações socioeconómicas e culturais que ocorreram nas famílias da comunidade de Nanguene após o seu reassentamento, com objectivo de avaliar as alterações nas suas condições de vida após o seu reassentamento, para dar lugar àquela área de conservação.

A existência de população nas áreas de conservação coloca desafios específicos para a preservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, cria uma situação de insegurança devido à crescente presença de fauna bravia de grande porte. Esta co-habitação não só traz riscos para o homem, também expõe os animais ao risco de serem facilmente caçados ou morrerem por outras razões ligadas ao fácil contacto com o Homem.

O trabalho encontra a sua justificação na necessidade de avaliar o impacto do reassentamento populacional das áreas de conservação para fora destas, tendo em conta que, historicamente, estas áreas fazem parte do sistema de convivência dessas populações. Este estudo tem como campo de análise as comunidades de Nanguene e Chinhangane, Distrito de Massingir, Província de Gaza, sendo Nanguene a primeira comunidade reassentada no PNL e Chinhangane, a comunidade hospedeira.

O trabalho de campo consistiu em avaliar a evolução socioeconómica das famílias da comunidade de Nanguene, o acesso aos meios de sobrevivência, como actividades de rendimento que contribuam para a sua economia interna, o acesso às áreas de cultivo e de pastagem, recursos naturais, bens e serviços como educação, saúde, água e saneamento, bem como as condições de habitação. No âmbito do processo de reassentamento, as famílias receberam casas e foram compensadas pelas outras infra-estruturas complementares ¹ em substituição das casas e outras infra-estruturas perdidas com a sua retirada do PNL. Constatou-se ainda que as famílias

¹Neste contexto, infra-estruturas complementares refere-se a todas casas não principais como a casa dos filhos menores, celeiro, cozinha e curral.

reassentadas têm acesso aos serviços de saúde, e educação, enquanto em relação ao serviço de abastecimento de água constatou-se que, a água fornecida é imprópria para o consumo humano. A transferência das famílias do PNL para fora desta influência no acesso aos recursos naturais e nos usos e costumes, pois a partilha dos recursos naturais tem sido conflituosa.

Como resultado da pesquisa, concluiu-se que as famílias reassentadas tendem a normalizar as suas condições de vida e em alguns casos beneficiam de condições socioeconómicas melhores. A integração e adaptação das famílias de Nanguene acontecem num processo gradual em que as famílias vão descobrindo melhores formas de sobrevivência.

Palavras-chave: Reassentamento populacional; áreas de conservação e cultura.

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACTF – Áreas de Conservação Transfronteiriças
BID – Banco Internacional de Desenvolvimento
BR – Boletim da República
CCR – Comité Comunitário de Reassentamento
DUAT – Direito de Uso de Terra
EP1 – Escola Primária do Primeiro Grau
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GT – Grupo de Trabalho
HIV – Human Immunodeficiency vírus
SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
IDB – Islamic Development Bank
IFC – International Corporation Financing
INGC – Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
MITUR – Ministério do Turismo
NPE – Novo Programa Ecológico
ONG – Organização Não Governamental
ORAM - Organization for Refuge, Asylum & Migration
OED – Oxford English Dictionary
PAR – Plano de Acção de Reassentamento
PNL – Parque Nacional de Limpopo
RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique
SARS - Severe Acute Respiratory Syndrome
WCS - Wildlife Conservation Society

Índice:

1	Introdução.....	1
1.1	Antecedentes e Contexto.....	1
1.2	Limitações de Pesquisa.....	5
1.3	Estrutura do Trabalho.....	6
2	Metodologia.....	6
2.1	Definição Metodológica da Pesquisa.....	7
2.2	Método.....	7
3	Enquadramento Teórico e Conceptualização da Pesquisa.....	10
3.1	Conceptualização.....	10
3.1.1	Reassentamento Populacional.....	10
3.1.2	Áreas de Conservação.....	12
3.1.3	Cultura.....	16
3.2	Enquadramento Teórico.....	18
3.2.1	Abordagem Teórica.....	18
3.2.2	Tipologias e Fases de Reassentamento.....	23
3.2.3	Reassentamentos em Moçambique.....	26
3.2.4	Fases de Reassentamento.....	29
3.2.5	Acesso à Terra e Reassentamento.....	30
3.2.6	Processo de Reassentamento nas Áreas de Conservação.....	32
4	Caracterização do distrito de Massingir.....	35
4.1	Localização, Superfície e População.....	35
4.2	Características Físico-Geográficas Gerais.....	36
4.3	Situação Sócio-económica.....	36
4.4	Caracterização Sócio-cultural.....	37
5	Apresentação, Análise e Interpretação dos Dados do Campo.....	38
5.1	Origem da População Estratégias e Meios - Nanguene.....	38
5.2	Acesso aos Serviços de Saúde, Educação Água e Saneamento.....	40
5.2.1	Acesso a Serviços de Saúde.....	40
5.2.2	Acesso à Educação.....	41
5.2.3	Acesso à Água.....	42
5.3	Pacotes de Compensação por Família.....	43

5.3.1	Infra-estrutura Principal e Complementares dos Agregados Familiares.....	43
5.3.2	Estratégias e Meios de Sobrevivência.....	44
5.4	Acesso aos Recursos Florestais	47
5.4.1	Material de Construção	47
5.4.2	Árvores de Fruta.....	48
5.5	Acesso à Terra	49
5.5.1	Áreas para Pastagem	50
5.6	Envolvimento da Comunidade no Processo de Reassentamento.....	51
5.6.1	Influências dos Diferentes Actores no Decurso do Processo de Reassentamento	52
5.7	Integração da Comunidade Anfitriã no Processo de Reassentamento.....	55
5.8	Relação de Poder Tradicional e Práticas Costumeiras	56
6	Conclusões e Considerações Finais	58
6.1	Verificação das Hipóteses	58
6.2	Conclusões.....	58
6.3	Considerações Finais	61
7	Referências Bibliográficas Básicas	63

1 Introdução

1.1 Antecedentes e Contexto

Com o recente e rápido crescimento do turismo global, a gestão dos recursos naturais transfronteiriços, particularmente de água e fauna bravia, e o desenvolvimento associado de parques transfronteiriços e áreas de conservação, tem-se tornado um foco de atenção significativa na África Austral.

O turismo de natureza é um factor económico importante que liga estas iniciativas de desenvolvimento e conservação. Procura maximizar lucros de terras marginais, num sector onde a África Austral goza de uma vantagem comparativa, ao nível global. (Wildlife Conservation Society – WCS, 2008).

Perante estes factos, questiona-se os efeitos que estas áreas transfronteiriças podem ter na saúde pública e na sustentabilidade da fauna bravia, animais domésticos e comunidades humanas, olhando para as paisagens transfronteiriças onde tanto animais domésticos como selvagens têm a oportunidade de atravessar fronteiras e ter contacto entre si. Este contacto pode trazer impactos negativos na saúde pública, agricultura, comércio e mesmo nas áreas de conservação, tal é o caso do problema mundial causado pela doença SARS, a gripe das aves e a febre aftosa. (Wildlife Conservation Society – WCS, 2008).

A importância de conservar a biodiversidade como o pilar da manutenção de bens e serviços dos ecossistemas, saúde animal e, em última instância, saúde e formas de vida humana, deve ser clara. Há uma necessidade de se estabelecer o sistema que garante a segurança dos seres humanos, a manutenção da fauna bravia e os animais domésticos. O não reconhecimento dessa importância só levará a um futuro dependente de subsídios externos e elevados.

Com o desenvolvimento económico do país, surgiram novas oportunidades e desafios à conservação da biodiversidade em Moçambique, devido à pressão sobre os recursos existentes, ao incremento das actividades económicas, ao crescimento demográfico e aos impactos ambientais, impondo-se uma maior responsabilidade na conservação da diversidade biológica. O incremento do valor da biodiversidade para vários fins, incluindo, mas não limitando, o turismo,

impõe cada vez mais responsabilidade à conservação da diversidade biológica (BR, Resolução nº 63/2009).

A mesma resolução (63/2009) refere que residiam até 2009 mais de 190.000 pessoas nas áreas de conservação e um número desconhecido nas zonas tampão à sua volta. De todas as áreas de conservação de Moçambique, o Parque Nacional das Quirimbas é a área de conservação com maior número de população, com cerca de 125.000 residentes (BR, Resolução nº 63/2009). Por outro lado, contrariando a realidade nas Quirimbas, o plano de Maneio da Reserva Nacional do Gilé indica que até 2003, apesar de existirem aproximadamente 12.000 habitantes ao redor da reserva, não existia nenhum habitante dentro da área de conservação (MITUR, 2003).

A existência de residentes nas áreas de conservação coloca desafios específicos para a preservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, cria uma situação de insegurança devido à crescente presença de fauna bravia de grande porte, bem como danos materiais às suas casas e produção agrícola. Os conflitos entre os seres humanos e a fauna bravia não se restringem às áreas de conservação. A falta de uma separação efectiva de espaços entre pessoas e animais, através de uma vedação, facilita o movimento dos animais fora das áreas delimitadas, expondo um maior número de pessoas a esse perigo. E não só, os animais em si correm o risco de serem facilmente caçados ou morrerem pelo fácil contacto com o Homem.

A presença das populações humanas nas áreas de conservação é incompatível com o estatuto jurídico actual das zonas de protecção total e em alguns casos impede o desenvolvimento da biodiversidade. Através desta incompatibilidade, criou-se um quadro orientador para o uso correcto do reassentamento para fora das áreas onde for inevitável, garantindo sempre que as pessoas afectadas possam melhorar os seus meios de vida.

A preocupação mundial em relação à protecção de áreas de recursos naturais tem aumentado a cada dia que passa. Moçambique não é alheio a esta preocupação, colocando nas suas prioridades o aumento de conservação da biodiversidade através de várias intervenções como o desenho de políticas, leis e regras que garantem a conservação da biodiversidade sem prejuízo do bem-estar da população. O Parque Nacional de Limpopo é uma das áreas de conservação recentemente proclamada Parque Nacional, pois até 2001 era uma área de caça, “Coutada 16”. A sua proclamação para Parque Nacional relaciona-se com a criação do Parque Transfronteiriço do

Grande Limpopo². Porém, a maior parte das áreas de conservação em Moçambique continuam com seres humanos a residirem dentro delas. Para inverter esta situação, estão a ser desenhados mecanismos para o processo de reassentamento das populações nas áreas de conservação e o Parque Nacional de Limpopo é um dos que já iniciou com este processo, o facto de ter sido proclamado recentemente faz com que seja uma das que apresenta maior número de pessoas a residirem dentro do Parque, pois as pessoas eram permitidas a residirem dentro da zona de caça e desenvolver as suas actividades sem limitações iguais as de um Parque Nacional. Outra forma de evitar esta situação é a delimitação/mudança dos limites das áreas de conservação com vista a separar as áreas de conservação com a população³.

O presente trabalho encontra a sua justificação na necessidade de avaliar o impacto de reassentamento populacional das áreas de conservação para fora destas, tendo em conta que as áreas de conservação fazem parte do sistema de convivência dessas populações.

Este estudo tem como campo de análise (área de estudo) as comunidades de Nanguene e Chinhangane, distrito de Massingir, província de Gaza, Nanguene por ser a primeira comunidade reassentada no Parque Nacional de Limpopo e Chinhangane por ter sido a comunidade hospedeira/acolhedora da comunidade de Nanguene.

Esta pesquisa cobre o período de 2008 a 2013, por ser o período em que se reassentou a comunidade de Nanguene e por ser período suficiente para observar os impactos decorrentes deste processo.

Esta pesquisa contribuirá para a identificação de possíveis impactos positivos e negativos, que advêm deste processo e servirem como exemplo nos próximos processos, pois há mais comunidades por reassentar no Parque Nacional de Limpopo e em outras áreas de conservação.

Com o estabelecimento do Parque Nacional de Limpopo, foram afectadas cerca de 27.000⁴ pessoas que vivem ao longo dos rios Limpopo e Elefantes e particularmente as do rio

² Fazem parte os Parques Nacionais de Kruger da Africa de Sul e Gonarezhou de Zimbabwe.

³ É o caso dos Parques nacionais de Banhine, em Gaza, e Zinave, em Inhambane (Decreto 90/2013).

⁴ Das 27.000 pessoas 6.000 vivem dentro da área de conservação total e 21.000 na zona tampão.

Shingwedzi, no distrito de Massingir, província de Gaza, por se encontrar na zona central dentro dos limites do Parque (Plano de Maneio, 2010).

Desde que o processo de reassentamento iniciou em 2006, até Novembro de 2012 apenas vinte (20) famílias tinham sido transferidas da zona de conservação para as zonas de reassentamento em Outubro de 2008⁵, igual número de famílias da comunidade de Nanguene, no Distrito de Massingir. Desde então, o processo para o reassentamento das restantes 1084 famílias foi interrompido sem qualquer explicação às pessoas visadas. As vinte famílias transferidas clamam por falta de água para o consumo, falta de recursos naturais como lenha para cozinhar, assim como para o fabrico de carvão para a comercialização, para além das raízes e diferentes plantas medicinais. (PNL⁶, 2012)

A situação que acabámos de descrever leva-nos a compreender que o processo de reassentamento no Parque Nacional de Limpopo enfrenta dificuldades em garantir a continuidade das condições socioeconómicas, hábitos e costumes das populações reassentadas ou não oferecer as melhores condições de vida conforme as regras de reassentamento. Há lentidão no processo de transferência das populações das áreas de conservação para as zonas de reassentamento.

A Política Nacional das Áreas de Conservação de 2 de Novembro de 2009 refere que o reassentamento, para além do seu objectivo de passar pela separação da biodiversidade das populações humanas, deve ser encarado como instrumento de desenvolvimento e não como medida de repressão, conduzindo para uma melhoria das condições de vida das populações através de compensação justa, acompanhada de medidas que promovam os meios de vida num processo consultivo onde participam, para além dos administradores da área de conservação em causa e demais agências governamentais, as comunidades a serem reassentadas e as comunidades das zonas para onde serão realocadas. Posto isto, surge-nos o seguinte questionamento: *até que ponto o reassentamento populacional na implementação do projecto da*

⁵Importa referir que mais famílias foram reassentadas em 2013, em número de 129 famílias da comunidade de Macavene para a comunidade de Banga.

⁶Parque Nacional de Limpopo

área de conservação do Parque Nacional de Limpopo garante a continuidade do sistema de vivência ou as melhores condições de vida das comunidades?

Para o desenvolvimento do presente trabalho partimos das seguintes hipóteses:

- A transferência da população da área de conservação para as áreas de reassentamento influencia nos seus meios de subsistência, pois o Parque servia, de certa forma, como meio de sustento para as comunidades através dos seus recursos naturais.
- O processo de reassentamento populacional na implementação do projecto das áreas de conservação do Parque Nacional de Limpopo influencia nos hábitos e costumes das populações, porque dentro da área de conservação a população vivia dispersa e em famílias alargadas, enquanto nas áreas de reassentamento a organização tende a ser em famílias nucleares.

De uma forma geral pretendemos compreender as transformações socioeconómicas e culturais que ocorrem nas populações após o seu reassentamento, especificamente das áreas de conservação do Parque Nacional do Limpopo, com vista a avaliar se os reassentados continuam a viver de igual forma ou houve melhorias nas suas vidas. A materialização do estudo para compreender estas transformações passa pelos seguintes objectivos específicos:

- Analisar as condições socioeconómicas das populações para a sua sobrevivência dentro e fora das áreas de conservação do Parque Nacional do Limpopo e as possíveis transformações.
- Avaliar o impacto de transferência de uma comunidade e a interacção com diferentes espaços, em termos dos hábitos e costumes.

1.2 Limitações de Pesquisa

Afiguraram-se como constrangimentos à realização deste trabalho a escassez de bibliografia que versa sobre o reassentamento nas bibliotecas bem como ao nível do Ministério do Turismo, entidade que responde pelas áreas de conservação em Moçambique.

Por outro lado, as dificuldades de ordem financeira não permitiram uma presença prolongada da investigadora na área de estudo, o que teria permitido a recolha de informação mais profunda sobre o processo.

1.3 Estrutura do Trabalho

Quanto à estrutura, o trabalho encontra-se subdividido em seis capítulos, a saber: a Introdução, onde apresentamos a síntese e as ideias preliminares do trabalho. Ainda na introdução incluímos os antecedentes, o contexto do estudo, o problema, os objectivos, as hipóteses, justificação, relevância do tema e estrutura do trabalho. O Capítulo 2 descreve a metodologia usada para a realização da pesquisa. O capítulo 3 versa sobre o enquadramento teórico e conceptualização, onde são apresentados os conceitos-chave da pesquisa e as abordagens teóricas sobre o reassentamento. No capítulo 4 abordamos a caracterização do distrito, que inclui a componente geográfica, a superfície, a população, a situação socioeconómica e cultural. No capítulo 5 fazemos a apresentação, a análise e interpretação dos dados. Neste, apresentamos e discutimos os resultados de campo e fazemos a sua análise com base na abordagem teórica previamente consultada. E, por fim, temos as conclusões e considerações finais a que a presente investigação chegou. Como tem sido praxe, neste tipo de dissertações, incluímos a bibliografia consultada e anexos.

2 Metodologia

Quando se tem a finalidade de solucionar problemas teóricos e práticos, faz-se uma pesquisa que, segundo Zanella (2007:21), “ é a actividade básica da ciência e tem como finalidade descobrir respostas para as indagações do Homem, sendo a definição do método fundamental para o alcance de seus resultados”.

O método representa um procedimento racional e ordenado, constituído por instrumentos básicos que implica utilizar de forma adequada, a reflexão e a experimentação para proceder ao longo de um caminho e alcançar os objectivos pré-estabelecidos na planificação da pesquisa (Teixeira, 2009).

Para Fachin (1993:36), um método é “um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores em qualquer área de formação a orientação geral que facilita planificar uma

pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar resultados”.

Com esta visão, este capítulo apresenta a indicação da metodologia utilizada para o estudo assim como os procedimentos metodológicos para a recolha e análise dos dados.

2.1 Definição Metodológica da Pesquisa

Do ponto de vista da sua natureza, a presente pesquisa é um estudo de caso que procura analisar de forma profunda os dados relevantes sobre o processo de reassentamento no Parque Nacional de Limpopo, preocupando-se em alcançar resultados que possam ser utilizados na solução de problemas que ocorrem na realidade.

Adoptou-se este método porque se fundamenta na ideia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo, ou pelo menos o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa (Richardson, 2008).

Sendo um estudo de impacto, onde se procura compreender as alterações nas condições de vida das famílias após o seu reassentamento, foi usada a metodologia que se move dentro de uma relação causa – efeito. Isto é, procura-se estudar as consequências na vida das pessoas, resultantes do reassentamento das suas famílias, devido ao facto da sua zona de habitação ter se tornado uma área de conservação, obrigando à sua retirada daquela zona.

2.2 Método

A pesquisa tem um carácter pragmático e é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objectivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (Gil, 1999).

Trata-se de uma pesquisa social em que se pretende analisar não somente a complexidade do processo do reassentamento, como também a interacção de certas variáveis e compreender, com maior profundidade, os processos dinâmicos vividos pelos grupos sociais afectados pelo reassentamento, e, ainda, entender as particularidades do seu comportamento. Para o efeito, foi aplicado o método qualitativo. Esta nossa opção apoia-se no que Gil (1999:42) “considera que há

uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito na pesquisa qualitativa, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

O suporte metodológico para a realização desta pesquisa baseou-se em três eixos principais:

- Numa pesquisa documental, que consistiu na consulta de diversos tipos de documentos escritos (relatórios, boletins, livros publicados e artigos). A pesquisa documental realizada, levou à compreensão do processo de reassentamento que ajudou para a produção da base teórica e orientou a fase da recolha de dados.
- Feita a pesquisa documental e com o objectivo de cruzar a bagagem teórica explorada seguiu-se a recolha de informação no campo. Para o alcance deste desiderato, optou-se por entrevistas semi-estruturadas, colectivas (para as comunidades) e individuais para os restantes entrevistados do sector das áreas de conservação ao nível do Parque Nacional do Limpopo (administradores do Parque, responsáveis pelos assuntos comunitários, coordenador do reassentamento e técnicos do departamento do reassentamento), Governo do Distrito (Administrador do Distrito, Secretária Permanente, directores das actividades económicas e planeamento e infra-estruturas), técnicos representantes das áreas-chave para o processo do reassentamento do nível provincial e central (Direcção Provincial das Obras Públicas e Habitação de Gaza, Delegado do INGC de Gaza, Direcção Provincial de Agricultura de Gaza, e Director da ACTF – Ministério do Turismo e Director Nacional Adjunto do INGC); ONGs locais que trabalham com as comunidades no processo de reassentamento do Parque (Lhuvuka, ORAM e Conselho Cristão de Moçambique) para além das pessoas detentoras de informação importante sobre o reassentamento – como líderes comunitários). Recorreu-se ainda a grupos focais ao nível das duas comunidades, Nanguene e Chinhangane. Para cruzar a informação dos grupos focais foram feitas entrevistas individuais a algumas famílias e líderes comunitários.
- O recurso a entrevistas semi-estruturadas como material empírico privilegiado na pesquisa constitui uma opção teórico-metodológica que está no centro de vários debates de pesquisadores das ciências sociais. Estas entrevistas permitiram à pesquisadora recolher maiores e mais produtivos detalhes sobre o fenómeno em estudo. O guião das entrevistas

foi testado antes da sua aplicação prática, durante a visita exploratória ao Parque Nacional de Limpopo às famílias reassentadas aquando da reabilitação da Barragem de Massingir.

- Não só a conversa com os diferentes intervenientes satisfaz a pesquisa, a observação como forma de apoiar as conversas fez igualmente parte dos eixos principais desta pesquisa. Para o efeito, procedeu-se a uma observação directa junto às populações reassentadas (comunidades de Nanguene e de Macavene ⁷) e não reassentadas (comunidade de Massingir Velho). Das comunidades visitadas, foi possível observar as condições em que vivem as populações nas zonas de reassentamento, bem como o seu processo de inserção na nova comunidade. Viu-se também em que condições as famílias viviam antes do reassentamento (através de comparação com uma comunidade com mesmas características e em vias de ser reassentada). Para além da observação atrás referida, foi visitada a comunidade hospedeira (Chinhangane) da comunidade de Nanguene, para melhor compreensão do processo.
- A importância da observação pode ser verificada pela descrição que dela fazem Quiuy e Compenhoudt (1998:196) quando afirmam que “constituem os únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos no momento em que se produzem.” Este método ajuda-nos a observar e registar discursos não verbais, práticas rituais, culturais e sociais.

Para medir a satisfação das famílias afectadas foram tomados como indicadores:

- As condições de habitação;
- O acesso a serviços de saúde, água e educação;
- O acesso a recursos naturais;
- O acesso a actividades de rendimento que contribuem para a economia interna das famílias;
- O acesso a áreas de cultivo e de pastagem.

⁷A comunidade de Macavene foi reassentada em 2012 em duas partes, uma que escolheu ser reassentada na vila do distrito de Massingir e outra que escolheu estar na zona rural na comunidade de Banga.

3 Enquadramento Teórico e Conceptualização da Pesquisa

3.1 Conceptualização

Para melhor compreensão dos conteúdos do presente trabalho, são discutidos os conceitos básicos que norteiam a pesquisa e que possam guiar o leitor ao entendimento das discussões que se desenvolvem ao longo do mesmo. *Reassentamento populacional, áreas de conservação e cultura*, são os principais conceitos que servem de base para a pesquisa.

Esta abordagem baseia-se nas palavras de Marconi e Lakatos (2009:114) que referem que “A ciência lida com conceitos, isto é, termos simbólicos que sintetizam as coisas e os fenómenos perceptíveis na natureza, no mundo psíquico do Homem ou na sociedade, de forma directa ou indirecta. Para que se possa esclarecer os factos ou fenómenos investigados e ter possibilidade de comunicá-lo, de forma não ambígua e precisa, é necessário discutir os conceitos nas diferentes perspectivas e definir quais irão orientar a sua pesquisa.”

3.1.1 Reassentamento Populacional

O conceito de reassentamento populacional vem sendo abordado por vários autores, governos e agências internacionais como uma estratégia para resolver situações causadas por desastres e calamidades naturais, crises políticas e desenvolvimento económico e social. No entanto, não existe um consenso claro sobre o seu significado. A conotação ideológica que perpassa este conceito faz com que haja diversas e mesmo contraditórias interpretações sobre possíveis significados.

Historicamente, o termo reassentamento tem sido usado principalmente para cobrir a ideia de pessoas voltando para uma área onde eles tenham vivido, ou deveriam ter vivido anteriormente (OED, 1989 in Da Silva, 1993).

Belshaw (1964) descreve-o como um projecto envolvendo a transferência planificada e controlada da população de uma área para outra. Para Chambers (1969), reassentamento é caracterizado por duas formas, primeiro por um movimento de população, segundo por um elemento de planificação e controlo.

A política de conservação define reassentamento como sendo a transferência de pessoas e agregados familiares, a sua residência e demais bens de um lugar para um lugar alternativo e a reconstituição dos seus meios de vida num patamar igual ou superior ao anterior no âmbito de um projecto de desenvolvimento cuja implementação é incompatível com a continuação da permanência dos visados no seu lugar de residência original (BR, Resolução nº 63/2009).

Shamini (2011) olha para o reassentamento populacional como a deslocação de pessoas ou grupo de pessoas de uma forma forçada ou obrigada a deixar suas casas ou local de residência habitual, como resultado de evitar os efeitos ou conflito armado, a situação de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou de catástrofes naturais produzidos ou não pelo Homem.

Do ponto de vista das agências internacionais, muito em particular o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), e o Banco Mundial, houve uma evolução conceptual sobre o reassentamento durante a década de noventa. Passou-se a considerar reassentamento a todas as perdas económicas e sociais resultantes da expropriação e/ou restrição a acções, e não apenas a realocação física (Banco Mundial, 2004).

Já o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (1999) fala do reassentamento involuntário da população e define-o como sendo “o processo completo de transladação e reabilitação causado por actividades relacionadas com um projecto”.

Noce (2008) define reassentamento como um agente de desmantelamento das redes sociais e do capital social local.

O Banco Mundial (2004) fala do reassentamento voluntário da população e entende que este se,

“Refere a qualquer reassentamento não imputável ao eminente domínio ou outras formas de aquisição de terreno, apoiado pelos poderes do Estado. Os princípios operativos na reinstalação voluntária são consentimento informado e poder de escolha. No consentimento informado significa que as pessoas envolvidas são plenamente conhecedoras do empreendimento e no poder de escolha, os afectados conhecem o empreendimento e suas implicações e consequências e livremente concordam em participar do projecto, isto significa que as pessoas envolvidas têm a opção de concordar ou discordar com a aquisição de terras, sem consequências negativas impostas formalmente ou informalmente pelo Estado”.

Diz ainda que, neste caso, “o reassentamento voluntário só é possível se a localização do projecto não é fixa. A rota de uma estrada rural, por exemplo, poderia ser alterada se um proprietário de terras a ela se opusesse. A área de um reservatório por trás de uma barragem, por contraste é inalterável. A instância antiga permitiria a reinstalação voluntária. Ter apenas o consentimento informado é insuficiente sem o poder de escolha (idem) ”.

Estes autores tocam num aspecto comum ao evocar a perda de terra no processo de reassentamento populacional, pois a terra é tida como a base sobre a qual são constituídos os sistemas produtivos e formas de sobrevivência das populações. No entanto, Noce considera o reassentamento como o agente do desmantelamento das redes sociais e o capital social local. Este autor coloca o Homem como aquele que vê o seu sistema interrompido no processo de reassentamento.

Para o presente trabalho, são consideradas as abordagens de Noce e do Banco Mundial, na medida em que se pretende, por um lado, analisar as perdas económicas e sociais resultantes da expropriação das terras e/ou restrição do acesso às terras dentro da área de conservação no Parque Nacional do Limpopo e, por outro, compreender até que ponto o reassentamento tenha desmantelado as redes sociais e o capital social da comunidade de Nanguene.

3.1.2 Áreas de Conservação

Outro conceito que orienta este trabalho é “áreas de conservação”. A criação das unidades de conservação no mundo actual vem se constituindo numa das principais formas de intervenção governamental, visando reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade. O processo de criação das áreas de conservação tem sido acompanhado por conflitos e impactos decorrentes da quebra de vínculos de agrupamentos sociais, tradicionais ou não, em várias partes do mundo (Vallejo s/d).

A Política Nacional de Conservação define áreas de conservação como sendo uma área delimitada e estabelecida por um instrumento legal específico, cujo manejo é virado principalmente para a preservação ou conservação de um ecossistema de uma ou mais espécies ou mais elementos paisagísticos ou um monumento arqueológico cultural ou geológico (BR, Resolução nº 63/2009).

Dudley (2008) define áreas de conservação como sendo “um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido através de meios legais ou outros igualmente eficientes, com o fim de obter a conservação ao longo do tempo da natureza com os serviços associados ao ecossistema e os valores culturais.”

Este despertar é acompanhado pelo crescimento da consciência diante das questões ecológicas globais aliado à participação popular em relação à qualidade de vida humana e do meio ambiente, representando outro aspecto relevante na análise das questões pertinentes às unidades de conservação. Portanto, as pressões junto aos governos para a constituição de políticas conservacionistas têm estado a aumentar. A formação de uma rede em escala mundial e das redes nacionais, enquanto produto da expansão da consciência ambientalista, tem contribuído para o aumento do número e extensão das áreas protegidas (Morsello, 1999).

Miller (1997) refere que a delimitação de áreas com vista à preservação de seus atributos naturais evoluiu ao longo do tempo a partir de suas raízes em actos e práticas das primeiras sociedades humanas. As necessidades de uso imediato e futuro dos recursos envolvendo animais, água pura, plantas medicinais e outras matérias-primas, justificavam a manutenção desses lugares, além de se constituírem em espaços de preservação de mitos e ocorrências históricas. Tabus, éditos reais e mecanismos sociais comunitários funcionavam e ainda funcionam em muitos casos como reguladores do acesso e uso dessas áreas especiais.

No processo de criação do Parque Nacional de “Yellowstone”, prevaleceu uma perspectiva preservacionista que via nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza de grande beleza contra os efeitos destrutivos do desenvolvimento urbano industrial. “Ela se baseava nas consequências do capitalismo sobre o oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos. Dessa forma, qualquer intervenção humana na natureza era vista de forma negativa. Desconsiderava-se que os índios americanos tinham vivido em harmonia com a natureza por milhares de anos. Para os preservacionistas americanos, todos os grupos sociais eram iguais e a natureza deveria ser mantida intocada das acções negativas da humanidade” (Bennett, 1983).

Esse modelo americano acabou se espalhando pelo mundo numa perspectiva dicotómica entre “povos” e “parques”. Partindo-se do princípio de que a presença humana é sempre devastadora

para a natureza, deixaram de ser considerados os diferentes modos de vida das chamadas “populações indígenas” existentes em outros países como na América do Sul e África.

Diegues (1993) enfatiza que “essa postura preservacionista na criação de parques nacionais acabou gerando conflitos afectando populações que se baseavam na colecta dos recursos naturais, pescadores e índios em países do Terceiro Mundo”.

Com o avanço da tecnologia no século XX, foram criados parques e reservas em vários países. Além da protecção de belezas cénicas admiráveis, a criação dos novos parques agregou outras motivações como a preservação da biodiversidade da flora e fauna e dos bancos genéticos (Ghimire, 1993 & Brito, 2000).

Sob esse prisma, “as áreas naturais protegidas passaram a servir também como laboratórios para a pesquisa básica em ciências biológicas. A perspectiva científica de criação de parques acabou reforçando a ideia de que a presença humana nessas áreas só deveria ser permitida em situações muito particulares e restritas. A criação de parques em áreas que já eram habitadas por populações indígenas ocasionou sua remoção“ (Diegues, 1993).

A protecção das áreas de conservação e o seu uso como locais de pesquisa em ciências biológicas inclui Moçambique. No entanto, Moçambique também enfrenta constrangimentos pelo facto de existirem populações a residir dentro das áreas de conservação, o que leva com que o Governo moçambicano e os seus parceiros estejam preocupados com este cenário, pois a coabitação entre os seres humanos e animais selvagens constitui um perigo para as vidas humanas.

No entanto, Diegues (2008) critica a retirada das populações tradicionais, indígenas ou outras, das áreas de conservação, dizendo que as áreas protegidas poderiam garantir a sobrevivência dos “habitats” e também das populações nativas e que as reservas poderiam preservar os modos de vida tradicionais ou diminuir o ritmo das mudanças a níveis mais aceitáveis e controlados pelos moradores locais.

Na mesma linha o IV Congresso Internacional de Parques Nacionais, realizado em Caracas, Venezuela, em 1992, indicou que 86% dos Parques da América do Sul eram ocupados por populações permanentes. Recomendou-se maior respeito pelas populações nativas possuidoras

de um conhecimento secular sobre os ecossistemas onde vivem, rejeitando estratégias de reassentamento em outras áreas e, sempre que possível, sua inserção na área do parque a ser criada (Vallejo: s/d).

Fora os parques, foram surgindo novas categorias de manejo como as reservas naturais, monumentos naturais, reservas silvestres, reservas da biosfera, etc. As perspectivas de criação também se diversificaram. Vieram as pesquisas científicas, fortalecendo o ideal de isolamento dessas áreas, o interesse de proteção das áreas e de suas características naturais na forma de santuários ecológicos (Vallejo: s/d).

A partir do III Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em Bali, Indonésia, em 1982, firmou-se uma nova estratégia em que os parques nacionais e outras unidades de conservação só teriam sentido com a elevação da qualidade de vida da população dos países em vias de desenvolvimento (Diegues, 2008).

Reafirmaram-se os direitos das sociedades indígenas e sua determinação social, econômica, cultural e espiritual, recomendando-se aos responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas que respeitassem a diversidade dos grupos étnicos e utilizassem suas habilidades. As decisões de manejo deveriam ser conjuntas com as autoridades, considerando-se a variedade de circunstâncias locais. Dessa forma questionou-se definitivamente a visão romântica das áreas de preservação como paraísos protegidos, um dos ideais norteadores da criação dos Parques Nacionais.

As diferentes abordagens apresentadas pelos pensadores convergem na medida em que olham para as áreas de conservação como a manutenção dos recursos faunísticos e de seus respectivos “habitats” ou, então, a proteção de recursos florestais com fins de uso imediato ou futuro.

Miller (1997) refere-se a esta manutenção como sendo uma salvaguarda dos pedaços da natureza de grande beleza contra os efeitos deletérios do desenvolvimento urbano industrial.

Apesar de todos terem a mesma perspectiva, para o presente trabalho considera-se a perspectiva adotada no III e IV Congressos dos Parques Nacionais (1982), que olham para áreas de conservação respeitando as populações nativas, pois estas são dotadas de conhecimentos seculares sobre ecossistemas onde vivem, rejeitando estratégias de reassentamento em outras

áreas e a possível inserção nas áreas de parques a serem criadas. Esta perspectiva diz ainda que as unidades de conservação só teriam sentido se considerar a elevação da qualidade de vida da população dos países em vias de desenvolvimento. Estes pensamentos enquadram-se no contexto da criação do Parque Nacional de Limpopo, pois há toda uma necessidade de se elevar a qualidade de vida das pessoas que vivem dentro do Parque mesmo depois da sua transferência.

3.1.3 Cultura

Outro conceito que se discute neste trabalho é cultura, pois ao falarmos de reassentamento populacional leva-nos a olhar para o que está para além da simples transferência das pessoas, sobretudo o que as caracteriza como membros de uma comunidade a ser reassentada.

Uma sociedade identifica-se pelos valores, pelo seu passado e tradição. Possui em si expressões criativas, estilo de vida hábitos e seus costumes ligados ao seu meio físico (Smith, 2010).

Para Spiro (1998:19), a cultura designa “um conjunto de proposições ao mesmo tempo descritivas e normativas acerca da natureza do ser humano e da sociedade”. Para Spiro há dois critérios fundamentais a ter em conta na definição de proposições culturais:

Primeiro, “as proposições culturais são tradicionais porque são desenvolvidas na experiência histórica dos grupos sociais e enquanto património social através da aculturação e menos da sua experiência privada”. Esta ideia é a mesma comungada por Smith (2010) quando refere cultura como algo que tem a ver com o passado de um povo.

Segundo, “as proposições culturais são codificadas como signos colectivos mais do que como privados”.

Os hábitos adquiridos pelo ser humano, por instinto, necessidade de facilitar a vida ou por questão de sobrevivência, são considerados hábitos culturais. Quando o Homem começa a socializar-se e a viver em grupos, esses hábitos passam a ser comuns entre os indivíduos e muitos deles viram regras. Cultura, portanto, não se trata apenas de actividades que tenham apelos necessariamente artísticos ou religiosos. Ela está directamente ligada aos hábitos que passam a ser comuns a certo grupo de pessoas. Isso tem que estar ligado a um conhecimento que é passado de geração a geração (Soares, 2009).

Já Keesing (1974) “considera cultura como um sistema adaptativo, como padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas ao seu modo de vida (tecnologias, modo de organização económica, padrões de agrupamento social,

organização política, crenças, práticas religiosas). Para ele, a cultura é uma lente através da qual o Homem vê o mundo (pessoas de culturas diferentes usam lentes diferentes e, portanto, têm visões distintas das coisas). O facto de que o Homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correcto e o mais natural (isso é denominado etnocentrismo), depreciando o comportamento daqueles que agem fora dos padrões de sua comunidade discriminando o comportamento desviante”.

Geertz (1989: 14) olha a cultura em diferentes vertentes como:

“...o modo de vida global de um povo, concordando com Spiro quando fala em cultura como (1) algo colectivo e não privado; 2) legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; 3) uma forma de pensar, sentir e acreditar; 4) uma abstracção do comportamento; 5) Uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual o grupo de pessoas se comporta realmente; 6) um celeiro de aprendizagem em comum; 7) um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; 8) comportamento aprendido; 9) um mecanismo para regulamentação normativa do comportamento; 10) um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens; 11) um precipitado da história.”

Importa referir que esta forma de ver este conceito leva-nos a concluir que a cultura pode ser vista de diferentes formas, como signos colectivos mais do que privados, algo que identifica um lugar ou um povo, como um conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo Homem enquanto membro de uma sociedade.

Para a orientação deste trabalho vamos considerar a cultura como hábitos e costumes ligados ao meio físico apresentado por Smith (2010), pois a comunidade de Nanguene pode ser considerada a que tinha de certa forma uma ligação com o local onde foi reassentada, pois é lá onde tem o seu passado e sua história, como diz Spiro (1998) ao considerar cultura como experiências históricas dos grupos sociais dentro de normas e regras.

3.2 Enquadramento Teórico

3.2.1 Abordagem Teórica

Após definirmos os conceitos básicos que irão nortear este trabalho e para melhor sustentar os pressupostos e constatações encontradas ao longo do seu desenvolvimento, iremos neste capítulo fazer o referencial teórico, onde olharemos para a relação que se estabelece entre o Homem e a natureza e a implicação da separação entre eles em resultado do reassentamento.

Reassentamento populacional foi várias vezes estudado, em projectos de desenvolvimento, em situações de desastres e calamidades naturais e em conflitos políticos como referimos no primeiro capítulo. Importa referir que o reassentamento da comunidade de Nanguene, local do nosso estudo, também foi estudado após um ano de transferência da comunidade. O estudo teve como foco a segurança alimentar pós-reassentamento, olhando para o acesso a recursos naturais. No entanto, importa-nos analisar as condições de vida desta comunidade passados cinco anos e a sua relação com a comunidade hospedeira.

Noce (2008) diz que é bastante raro encontrar-se uma teoria própria sobre o reassentamento, limitando-se aos relatórios das agências multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial e o Banco Internacional de Desenvolvimento, e a alguns escritos sobre experiências na questão dos refugiados e de assolados pelas cheias.

Saúde (2011) diz que no contexto de desenvolvimento existe a necessidade de reassentar pessoas. Neste processo, é prevista a necessidade de compensação quando o impacto cause perdas de bens, ou acesso a qualquer bem, como abrigos, edifícios, meios de subsistência, culturas agrícolas e negócios. No processo de reassentamento a falta de um título legal de uso da terra como DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra) não exclui o direito a compensação.

Já as agências multilaterais de financiamento, particularmente o Banco Mundial, têm ressaltado os impactos negativos das políticas de reassentamento financiadas por elas no mundo. A compensação tem sido um aspecto muito importante na definição do sucesso ou insucesso de políticas de reassentamento. Esta compensação geralmente ocorre de duas formas:

- Em dinheiro, onde se compensa a família em função das perdas materiais; ou

- Em forma de um bem equivalente àquele que foi perdido no processo de reassentamento, geralmente a habitação.

Os planos de reassentamento usados como guias neste processo são feitos em análises económicas fundamentadas na metodologia de análise custo-benefício, na qual um projecto é economicamente justificável quando a soma dos benefícios propiciados por ele supera a soma dos custos acarretados. Tudo é traduzido de forma monetária, ou seja, explica-se todas as acções, benefícios individuais, colectivos e impactos pelo viés financeiro. É uma abordagem que trabalha apenas com somas e quantidades gerais sem levar em consideração o peso dos benefícios e sacrifícios individuais em cada família ou comunidade afectada (IDB, 1999).

Neste contexto, a compensação tende a basear-se numa valorização dos recursos que as pessoas usam. No entanto, o uso de recursos específicos é dependente das relações sociais e com outros recursos que são usados, através de uma compreensão integrada de vidas e meios.

Cernea (2002) é um dos maiores críticos a essa forma de abordagem, que tem sido preponderante no desenho da maioria das políticas de reassentamento. Ela conduz o processo de reassentamento numa lógica de acção e compensação, na qual se supõe que a simples compensação pelos danos e perdas do processo não é suficiente para o restauro do padrão de vida da população afectada. Existem custos inerentes ao processo que são incomensuráveis como, por exemplo, as redes sociais e as oportunidades de sobrevivência decorrentes destas, que são totalmente desmanteladas.

A crítica de Cernea (2003) foca directamente na solução da compensação, seja qual for o formato, argumentando que “é estruturalmente inábil de dar conta da tarefa de restabelecer as rendas e meios de vida para onde estes se encaminhariam na ausência do deslocamento forçado”.

Cernea (2003) vai mais longe, caracterizando o reassentamento como “um terramoto que destrói os sistemas de produção e as redes sociais, arruína as individualidades e mergulha os afectados numa espiral descendente de pobreza”. As perdas de capital dos reassentados não incluem apenas o capital físico natural ou construído, mas também o capital humano e social, na forma principalmente de organização social. A perda de renda não se resume à renda em dinheiro, pois

também inclui a perda dos benefícios em forma de capital cultural, identidades, *status* e a rede social.

Desta forma, o reassentamento pode ser e tem sido em muitos casos ao redor do mundo, um ponto inicial para o empobrecimento de populações inteiras, ao invés de cumprir com a meta inicial das políticas públicas, a melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, Cernea (2003) propõe uma nova forma de abordagem a este tipo de política, na qual o reassentamento pode e deve ser o ponto inicial de um processo de desenvolvimento num intervalo muito mais amplo, que incluiria a fase pós-implementação da política. Ele defende o investimento maior e mais amplo que a simples compensação, defendendo a tese de que as pessoas ou comunidades que dão suas terras nestes projectos são na verdade “investidores” de uma política de desenvolvimento, e, portanto, devem ter o direito a uma parcela dos benefícios globais.

Meija, in Cernea (1999) tem uma visão de reassentamento em dois sentidos: nas zonas rurais e urbanas, onde diz que os reassentamentos têm diferenças fundamentais quando são implementados nessas duas áreas (urbana e rural). Meija, in Cernea (1999) afirma que nos projectos de reassentamento urbano financiados pelo Banco Mundial, a maior parte da população afectada vivia nas áreas de intervenção há cinco anos ou menos. Diferentemente, nos projectos de reassentamento rural (devido a represas, estradas, declaração das áreas de conservação e áreas agrícolas), as populações costumam estar estabelecidas há gerações no local afectado. Quando se fala em reassentamento em áreas urbanas, fala-se em intervir num contexto de população que migrou há pouco tempo e que não encontrou alternativas melhores para se estabelecer.

Secundando a tese de Cernea, o Banco Mundial indica que os reassentamentos podem criar riscos económicos, sociais e ambientais graves. Isto porque os sistemas produtivos são desmantelados, as pessoas enfrentam o empobrecimento quando perdem os seus activos ou as suas fontes de renda, as pessoas são deslocadas para ambientes onde as suas habilidades produtivas podem ser menos aplicáveis e onde haja maior concorrência pelos recursos, as instituições comunitárias e as redes sociais são enfraquecidas, grupos familiares são dispersos e a identidade cultural, a autoridade tradicional e o potencial de solidariedade são enfraquecidos ou perdidos. (Banco Mundial, 2001).

O reassentamento populacional nas áreas de conservação do Parque Nacional de Limpopo vai fundamentar-se nos ideais de Cernea, visto que, neste trabalho, pretende-se olhar para o reassentamento não como algo traduzido de forma monetária, onde se explica todas as acções, benefícios individuais, colectivos e impactos pelo viés financeiro, mas como processo que envolve também o sistema produtivo e um sistema funcional de toda a comunidade, incluindo o capital cultural, identidades, *status* e rede social.

Estas ideias são secundadas por De Wet (2004) quando diz que um reassentamento pode ter graves repercussões que não podem ser medidas exclusivamente em termos económicos. A quebra de relações comunitárias estabelecidas, desarticulação social entre pessoas que se encontram num ambiente sócio-cultural diferente após a reinstalação e o trauma psicológico de mover-se em um ambiente estranho, pode ser grave se os esforços para desenhar e implementar programas de reinstalação não são sensíveis às necessidades e preferências das comunidades.

O reassentamento bem concebido e implementado pode transformar-se numa oportunidade de desenvolvimento. O desafio é não tratar o reassentamento como externalidade imposta mas vê-lo como uma componente integral do processo de desenvolvimento e dedicar o mesmo nível de esforço e recursos para a sua preparação e implementação quanto ao resto do projecto (Banco Mundial, 1996).

Olhando para a relação entre o Homem e a natureza, a sociologia ambiental faz uma abordagem dos fenómenos sociais focando para as necessidades sociais do Homem. Nesta linha de pensamento, Lenzi (2003), diz que “nem sempre o ser humano fez parte da discussão sobre sua responsabilidade frente às consequências geradas pelo uso desenfreado que fez dos recursos naturais disponíveis para atingir o desenvolvimento”. No entanto, a partir de 1970, a sociologia ambiental começou a esboçar o que ela entende da relação entre Homem e natureza. Ela foi primeiramente instigada pelo surgimento da sociologia rural fundada no pensamento dos sociólogos rurais Catton e Dunlap. Eles queriam levar o pensamento ecológico ao *status* de um Novo Paradigma Ecológico (NPE). Esse, por sua vez, tem como pressuposto analisar os fenómenos sociais tirando o foco das necessidades sociais do ser humano para favorecer uma abordagem menos “antropocêntrica”, centralizando a atenção nas necessidades do meio ambiente e fazendo uso de uma linha de pensamento mais “egocêntrica”.

Afastar as populações nativas de suas localidades originárias, como parques e reservas florestais era necessário, de acordo com esse novo paradigma, uma vez que os indivíduos acabam se inserindo numa lógica de consumo que não preza pelo manejo responsável dos bens naturais. Com essa primeira abordagem pode-se presumir que há uma tentativa de mudar o foco das necessidades do Homem para a sobrevivência dos recursos naturais. No entanto, esse tipo de acção pretendida pelo novo paradigma ecológico foi entendido como prejudicial ao meio ambiente e às populações locais, que, historicamente, dependem dele para sobreviver. Contudo, a relação entre o Homem e o meio ambiente começa a ganhar elementos e novas abordagens teóricas que buscam a sua reinterpretação (Lenzi, 2003).

Guivant (2005) insere-se no debate da relação entre Homem e natureza, de forma a realizar uma abordagem construtivista, focalizando mais o seu pensamento na construção que os indivíduos realizam nessa relação, ou seja, da percepção da natureza baseada no Homem. Essa abordagem entende a separação, anteriormente citada, como prejudicial. Além disso, ela insere na lógica dos estudos ambientais, a importância que tem a sociologia ambiental para compreender como são montados, apresentados e contestados os problemas ambientais. Essa abordagem será central para compreender como os reassentados percebem os problemas ambientais que vivem, após o reassentamento. Essa escolha é justificada pelo facto de que os impactos fazem parte de um processo eminentemente social.

Partindo desses dois autores, novas vertentes foram empreendidas para analisar os fenómenos sociais. No entanto, as correntes de pensamento expostas acima são abordagens que constituem dois extremos neste debate sobre os assuntos ambientais. O que se preza hoje é que eles sejam tratados em consonância, ou seja, Homem e natureza são partes que formam um todo. Mas como um todo que é formatado pela interacção e construção humana, como indicou Weber (1992) ao afirmar que não existe mais natureza pura e intocada pelo Homem, uma vez que todo o meio natural tem interacção com a mão humana.

3.2.2 Tipologias e Fases de Reassentamento

Scudder e Colson (1979) referem que os factores culturais e político-administrativos são cruciais para perceber o reassentamento e a interacção entre os dois sistemas é intrínseca à natureza da deslocação. Para MacAndrews (1979), o tipo de assentamento depende do tipo do movimento da população e dos objectivos das políticas. Este autor define quatro categorias de reassentamentos:

“...reassentamento criado por migrações espontâneas, praticamente sem intervenção do governo; reassentamento criado por migrações espontâneas, que são facilitados por agências do governo com a facilitação dos locais de assentamento e serviços como agricultura, saúde, educação, abastecimento de água e saneamento; reassentamento financiado e controlado pelo governo em que os reassentados são seleccionados em comunidades estabelecidas de acordo com alguns critérios e seguem programas específicos de agricultura e reassentamento obrigatório, que geralmente é um subproduto dos programas de desenvolvimento em grande escala, tais como a construção das barragens, calamidades naturais ou por motivos políticos”.

Autores como Araújo (1988), Borges Coelho (1993), Casal (1993) e o Município de Maputo, citados por Raimundo *et al* (2012) defendem que um reassentamento tem vários propósitos, podendo ser a necessidade de proteger a população dos efeitos nefastos de uma guerra, por isso, a necessidade de criar aldeamentos; pode ser pela necessidade de prevenção contra as inundações, com o propósito do desenho de um zoneamento adequado e definição de planos detalhados de uso da terra e, em particular, novas experiências de melhoramento de bairros informais ou espontâneos e em bairros com infra-estruturas e serviços insuficientes, cuja implementação definirá o acesso da comunidade ao uso e acesso a recursos económicos e sociais.

Com o aumento da intervenção do Estado no desenvolvimento, os programas de reassentamentos multiplicaram-se em todo o mundo. Para os planificadores, o reassentamento é visto como uma oportunidade de introduzir rapidamente as mudanças sociais (Chamber, 1969). No entanto, para os cientistas sociais, o reassentamento tem oferecido uma oportunidade para a monitoria dos efeitos das mudanças que ocorrem neste processo.

Para Kefleyesus (2010), citado por Raimundo *et al* (2012), o reassentamento tem um estatuto global que influencia e é influenciado por processos sociais, políticos, económicos, culturais e ambientais. As experiências de Moçambique não fogem desta tese.

Os objectivos políticos mostram que as guerras civis provocam deslocamentos da população, quer internamente, quer aquela que procura refúgio fora das fronteiras internas ou nacionais. Assim, durante a guerra criam-se lugares (assentamentos) para acolher esta população deslocada ou refugiada (Kefleyesus, 2010, citado por Raimundo et al, 2012). Moçambique é um dos países que viveu e que ainda vive este tipo de situação. Primeiro, aquando da guerra de desestabilização entre a RENAMO e o Governo de Moçambique, em que milhares de moçambicanos tiveram que se refugiar nos países vizinhos e outros tiveram que concentrar-se em vilas seguras e nas capitais provinciais. Já em 1992, no fim da guerra, os moçambicanos tiveram que ser enquadrados na sociedade e daí a necessidade de assenta-los, após o seu regresso às suas zonas de origem.

Ainda neste tipo de reassentamentos, verifica-se, em Moçambique, um número significativo de refugiados provenientes de Angola, Ruanda, Libéria, etc (Araújo, 1997), à procura de abrigo e segurança.

No que tange ao reassentamento associado a objectivos económicos, pode-se concluir que tornou-se um subproduto dos projectos de desenvolvimento em grande escala, incluindo barragens, fábricas e parques nacionais (Pankhurst, 1992 in Da Silva, 1993). Tem-se usado os objectivos económicos para promover estratégias de longo prazo com vista a alterar a relação entre a população e a terra. Isto pode ser justificado como um meio de aliviar a pressão populacional e resolver o problema de escassez de terra, ou pode ser uma forma de abertura de novas terras.

Olhando para os objectivos ambientais e sociais, Hulme (1987) diz que os projectos de reassentamentos também podem ser usados para melhorar o bem-estar de grupos vulneráveis como nómadas sedentários ou vítimas de desastres. Nos tempos recentes, o reassentamento tem sido usado para responder a problemas criados por desastres naturais ou desastres criados pelo Homem.

Estudos foram realizados com objectivo de avaliar o resultado de programas de reassentamento. Chambers (1976) in Da Silva (1993), considera que a maior parte dos projectos em África falharam devido à fraca conceptualização, falta de envolvimento dos reassentados na tomada de decisão, problemas económicos e financeiros e fraca gestão.

Avaliando os programas de reassentamento rurais para os refugiados, Chambers (1976), in da Silva (1993), argumenta que o fracasso é causado pelos seguintes factores:

- O facto de os programas de assentamento rural serem impostos de cima. Esta forma indica que, qualquer programa que não consulta os beneficiários é improvável ter sucesso. Seus desejos para ganhar seu próprio sustento e manter sua autonomia são ignorados (Harrell-Bond & Kanyeihamba 1986);
- Outro factor é a falta de pessoal treinado e com conhecimento detalhado da população afectada.
- Questões de refugiados são normalmente consideradas pelos governos como relacionadas com a segurança ou não se coloca a responsabilidade da administração dos programas de refugiados sob os ministérios em causa;
- Tradicionalmente, a ajuda para assistência aos refugiados é destinada como uma emergência e os projectos não são incorporados nos planos de desenvolvimento global dos governos anfitriões.

Clark (1986) afirma que o reassentamento na Etiópia não se revelou muito bem sucedido. As dificuldades envolvidas no estabelecimento de um novo assentamento, mesmo com assistência do governo, conduziram a um abandono do projecto por alguns reassentados, retornando às suas áreas de origem ou aos seus familiares assentados em outras áreas. Na China, o processo de reassentamento teve mais sucesso nas zonas rurais porque providenciou oportunidades para os reassentados (White, 1980 in da Silva, 1992).

Perante estas constatações, Araújo (1997) diz que “o processo de deslocação das populações e o seu retorno exige a aplicação de políticas explícitas integradas nas políticas gerais de desenvolvimento sócio-económico”.

3.2.3 Reassentamentos em Moçambique

Em Moçambique, durante o período colonial, foram construídos assentamentos rurais nas áreas de plantações para acomodar *farmeiros* imigrantes de Portugal. Moçambicanos foram forçados a viver em volta das plantações para servir como mão-de-obra (Da Silva 1992).

Outro tipo de reassentamento foi o de aldeamentos, onde o regime português reagrupou famílias dispersas para fins estratégicos e a fim de desenvolver as áreas rurais (Araújo, 1985). Estas estratégias de reassentamento rural foram desenhadas para o controlo militar e social e para afastar-lhes das actividades da FRELIMO (Brochmann, 1990, n Da Silva 1992). No início de 1974 as autoridades tinham assentado perto de um milhão de moçambicanos em seiscentas vilas (Da Silva, 1992).

As vilas foram também criadas para milhares de desalojados, forçados a se deslocar das suas casas inundadas com a construção da Barragem de Cahora Bassa, construída entre 1969-1975, no rio Zambeze, no centro de Moçambique. A mesma situação aconteceu em 2007 aquando da reabilitação da Barragem de Massingir, na província de Gaza, onde aproximadamente seiscentas famílias foram obrigadas a deslocar-se das suas residências para permitir o funcionamento normal da barragem.

Depois da independência em 1975, o Governo de Moçambique declarou que o desenvolvimento rural seria baseado em aldeias comunais, como forma de estimular a colectivização e fazer chegar à população rural os serviços básicos no domínio da educação, da saúde e do abastecimento de água potável (Araújo, 1997). Contudo, a implementação deste sistema de aldeias comunais foi muito distorcido e fez surgir objectivos políticos e de poder pouco claros que esqueceram até aspectos culturais fundamentais (Idem).

A criação das aldeias e o processo de reassentamento que acompanhou o surgimento destas aldeias envolveu custos económicos consideráveis. Além de produção colectiva, os reassentados tiveram que trabalhar em construção de infra-estruturas sociais e económicas como, estradas, escolas, latrinas, poços, etc. O reassentamento também significou perdas económicas substanciais como, tempo de trabalho, recursos materiais e investimento de capital. Os camponeses foram confrontados com as despesas de limpar e preparar os campos e construir

casas novas e deixar para trás seus cemitérios e árvores de frutas como, coco, manga, cajú, mafurra, que representavam recursos importantes para as suas economias (Da Silva, 1992).

A distância entre as residências na zona de reassentamento e as áreas agrícolas era muito grande, aumentando, assim, o tempo de viagem e o nível de perdas de colheita por pássaros e animais. Este último factor não teria existido se as áreas agrícolas estivessem localizadas perto das suas casas (Roesch, 1986). A quantidade de espaço disponível para cada agregado familiar era menor do que o anterior e este aspecto transformou o estilo de vida para aqueles com famílias estendidas ou polígamas, pois nas zonas de origem o chefe de família tinha a sua casa apenas para ele e a esposa, os filhos dormiam numa casa separada e, onde tinha mais do que uma mulher, cada esposa tinha a sua casa.

Os aldeamentos trouxeram mudanças importantes nos padrões culturais tradicionais e na organização social dos camponeses. No entanto, apesar das alterações negativas, a vida comunal das aldeias trouxe importantes benefícios sociais, como o fornecimento de água, a construção de escolas e centros de saúde, a formação de agentes de saúde comunitários e parteiras tradicionais e parques infantis da comunidade (Da Silva, 1992).

Onde os aldeamentos já existiam, esses foram simplesmente convertidos em aldeias comunais. Frequentemente, eram localizados e planeados sem consulta prévia aos residentes locais ou seus líderes tradicionais (Vines, 1992) e sem condições adequadas para a sobrevivência.

Outro tipo de reassentamento derivou da “operação produção”, o maior reassentamento forçado do governo. Este foi iniciado em 1983 e o seu objectivo era forçar os desempregados e potenciais criminosos a saírem das cidades para as terras produtivas e providenciar mão-de-obra sazonal para as plantações nas províncias nortenhas de Niassa e Cabo Delgado, que apresentavam baixas densidades populacionais. Estimativas de número de pessoas transferidas das cidades rondam os 50000 (Vines, 1990). A “operação produção” foi seguidamente abandonada porque as populações urbanas não aceitaram trabalhar nas plantações.

Estas experiências ilustram muitos problemas de reassentamento. Nenhum destes reassentamentos teve em conta as necessidades e desejos das populações que eram forçadas a

cumprir por razões políticas. Não havia nenhuma prévia investigação social nem uma simples conceptualização no estabelecimento desses reassentamentos.

Apesar de que as aldeias comunais tiveram como objectivo desenvolver comunidades socialistas, houve falta de suporte do Estado para a economia doméstica dos residentes (Roesch, 1986). Algumas dessas vilas eram demasiadamente grandes para serem adequadamente servidas pelos serviços de educação, saúde, água e saneamento existentes; haviam problemas relacionados com a distribuição dos rendimentos provenientes da produção comunal e os residentes não podiam produzir nas suas próprias *machambas*. Outro problema era a sua localização sem nenhum estudo sobre a fertilidade dos solos, o que acabou provocando sérias consequências negativas à agricultura e ao ambiente (Araújo, 1987). Apesar da melhoria dos serviços de saúde, água, abastecimento de água e saneamento, os residentes guardam memórias amargas das vilas de reassentamento, porque a sua condição económica não melhorou.

A incapacidade do governo de criar condições capazes de satisfazer as necessidades básicas e as suas expectativas foi um dos factores que determinou o fraco apoio da população à sua colectivização (Roesch, 1986).

Outros assentamentos foram verificados ao longo dos anos, uns por causa da guerra, como já o referimos anteriormente, e outros na sua maioria devido às condições climáticas. Tal é o caso das cheias de 2000, que vitimaram centenas de pessoas no distrito de Chókwè, na província de Gaza, e o caso do Vale do Zambeze, onde se verificaram sucessivos reassentamentos em consequência do risco incessante de cheias, que obrigou ao deslocamento de populações, muitas vezes contra sua vontade, das zonas de risco.

Já nos últimos anos têm-se verificado reassentamentos causados por projectos de desenvolvimento, como é o caso de abertura de vias de acesso, exemplo do alargamento da Avenida Joaquim Chissano, em Maputo, o caso das areias pesadas em Moma, na província de Nampula, o caso do projecto de extracção de carvão em Tete pelas empresas Vale e Rio Tinto, que, amiúde, suscitam vários debates devido aos seus procedimentos.

3.2.4 Fases de Reassentamento

De acordo com a teoria de realocação de (Scudder-Colson, 1982), qualquer processo de reassentamento humano legítimo deve passar por quatro fases distintas: exigência/inicial, transição, desenvolvimento potencial e incorporação (Cernea, 1999). Este modelo centra-se em sistemas sócio-culturais dos reassentados e suas reacções comportamentais específicas em cada etapa do processo de reassentamento.

Na primeira fase (exigência), os decisores das políticas formulam planos de reassentamento, muitas vezes sem informar os afectados. Na segunda etapa (transição), os afectados devem aprender sobre seu futuro e destino de reassentamento, porque isso pode estimular os afectados. O terceiro (desenvolvimento potencial) geralmente ocorre depois que os afectados são fisicamente transferidos e mudados para as novas áreas. Nesta fase, presume-se que os reassentados iniciem o processo de reconstrução da sua economia e de redes sociais. É a fase crítica em que os reassentados exigem assistência para estabelecer as suas bases de subsistência. A quarta etapa (incorporação) refere-se à integração dos reassentados na zona hospedeira, incluindo nos sistemas de produção e estilo de vida. É a fase em que os representantes dos reassentados são encorajados a posições de liderança da comunidade para que eles se sintam em casa no novo ambiente. Este quadro teórico tende a concluir que reassentamento é considerado bem-sucedido se e somente passou por esses estágios produtivamente (Asthana, 1996; Cernea, 2000).

Em relação a esta abordagem, Shami (1993), assinala claramente que reassentamento geralmente resulta em apreensões multidimensionais, incluindo fisiológicas, psicológicas e sócio-culturais. As consequências da reinstalação são várias, afectando gravemente, não só às pessoas deslocadas, mas também à comunidade deixada para trás, à comunidade receptora e à sociedade como um todo. (Shami, 1993).

No que diz respeito à natureza inerente à complexidade de reassentamento, De Wet (2004) escreve que o reassentamento muitas vezes impõe forças sobre as pessoas que podem transformar completamente as suas vidas. Ela evoca fortes mudanças no ambiente, nas actividades produtivas, na organização e interacção social e estrutura política. Os vários factores envolvidos no processo de reassentamento, as várias circunstâncias nas quais o reassentamento

tem lugar, a relação entre as várias partes interessadas e afectadas e outros, contribuem para a natureza complexa do reassentamento.

Como diz de De Wet (2004), "Cernea já formulou em sua série de estudos na década de 90, o que ele chamou de "Riscos de empobrecimento e reconstrução" modelo para ajudar na análise e previsão dos riscos associados aos programas de reassentamento". Este processo é construído em torno de três elementos fundamentais: risco, empobrecimento e reconstrução.

De acordo com este modelo, o deslocamento da população pode levar pelo menos oito formas de riscos sócio-económicos: Desemprego, falta de terra, marginalização social (exclusão social), pobreza, insegurança alimentar, perda de acesso aos recursos de propriedade comum, desarticulação da comunidade e/ou aceleração da morbilidade.

Outros pesquisadores, no entanto, parecem expandir o modelo, incluindo outras variáveis de riscos e perdas, como a perda de acesso aos serviços públicos, perda de direitos civis e a perda temporária do acesso à educação para crianças em idade escolar (Downing, 1996).

Alula (2009) tende a argumentar que reassentados mais bem sucedidos são aquelas famílias em que o chefe é do sexo masculino com bom capital e ligado a uma rede social. Daí, Alula recomenda uma abordagem mais flexível de reassentamento interactivo centrado no Homem, em que se move o reassentado para uma nova área, optando pela formação de melhores provisões de subsistência. Alula (2009) diz que o reassentamento deve ser considerado como parte de uma estratégia de migração a longo prazo, incluindo uma gama de medidas, créditos e opções para atrair reassentados que são susceptíveis de se tornar um sucesso.

3.2.5 Acesso à Terra e Reassentamento

A organização do espaço rural compreende o espaço residencial e o espaço produtivo. Entre estas duas componentes existe uma relação muito íntima de causa-efeito. As reformas económicas que transferem a responsabilidade do Estado na economia para companhias privadas e o mercado, assim como o crescimento de pedidos de ocupação de terra, têm provocado uma série de conflitos de posse de terra com pequenos proprietários. Tal como noutras partes de África, estes conflitos têm-se centrado nos direitos dos pequenos proprietários e comunidades *versus* direitos das novas herdades comerciais (Waterhouse & Vijfhuizen, 2001).

A aprovação da Lei de Terras de 1997 procurou reduzir parte da controvérsia através do reconhecimento do direito costumeiro de uso da terra e da atribuição de certos direitos de uso da terra em Moçambique às comunidades locais. A mesma lei, no seu artigo 13, estabelece que o “processo de titulação do direito de uso e aproveitamento da terra inclui o parecer das autoridades administrativas locais, precedido de consultas às respectivas comunidades, para o efeito de confirmação de que a área está livre e não tem ocupantes”.

Um dos riscos apresentados pelo Banco Mundial (2004) no processo de reassentamento é o acesso à terra. A necessidade do acesso à terra para a produção, pastagem e outras actividades. O acesso a recursos naturais como combustível para cozinha e iluminação e material de construção.

O estudo publicado pela Justiça Ambiental e União Nacional de Camponeses em Março de 2011, “Os Senhores da Terra”, mostra que apesar de o processo de consultas para a ocupação da terra pelos investidores proporcionar uma oportunidade de envolvimento das comunidades na implementação dos projectos de desenvolvimento, estas continuam numa posição de não questionar os potenciais impactos e desvantagens dos projectos a longo prazo, deixando-se levar pela perspectiva de curto prazo apresentada, como a geração de emprego. Em muitos casos, apenas as elites locais são envolvidas no processo de consulta.

Este risco que as comunidades correm no processo de reassentamento contribui para o aumento da insegurança alimentar, na medida em que a população reassentada tem perdido maior parte das suas terras de cultivo. A produção das famílias reassentadas em alguns casos tem reduzido significativamente. Para além da redução da produção, verifica-se ainda a incompatibilidade das novas áreas de cultivo em relação à prática da agricultura e pastagem. As áreas indicadas aquando da implementação do investimento para a prática da agricultura não são produtivas, o que faz com que as comunidades procurem outros meios de sustento, por vezes, não tão rentáveis como as anteriores e em alguns casos passando fome (Justiça Ambiental, 2011).

O caminho simples para minimizar o reassentamento é desenhar projectos que minimizam a aquisição de terra e o número das pessoas afectadas pela perda de terra, pela realocação física ou pela interrupção das suas actividades de geração de rendimentos. Uma série de factores económicos, técnicos e outros devem também ser considerados, visto que a aquisição de terras e reassentamento são muitas vezes impossível de evitar por completo (IFC, 2001).

A experiência do Banco Mundial mostra que dois pontos merecem atenção em alcançar um equilíbrio entre acomodar iniciativas de projectos e evitar danos a pessoas potencialmente afectadas.

Primeiro, porque a gravidade dos impactos do reassentamento pode variar tremendamente. Senão vejamos, alguns projectos (reabilitação de estradas existentes, os projectos lineares por exemplo) podem afectar apenas algumas pessoas e de forma ténue. Outros, como a construção de barragens ou a implementação de uma área agrícola, podem arrancar comunidades inteiras, forçando-as a restabelecer vidas em ambientes desconhecidos que são menos favoráveis do que aqueles que deixaram para trás. Porque os impactos mais graves são também os mais difíceis e caros para mitigar, minimizar ou evitar, nos impactos potencialmente mais graves muitas vezes é mais importante do que focar apenas em minimizar o número total de pessoas afectadas ou a quantidade de terras adquiridas.

O segundo ponto é que minimizar ou eliminar a aquisição de terras nem sempre pode minimizar ou eliminar impactos adversos. As pessoas não devem ser autorizadas a usar ou ocupar terras ou estruturas se tal constituir um perigo para si ou para outrem (Banco Mundial, 2001).

3.2.6 Processo de Reassentamento nas Áreas de Conservação

Diante do processo crescente de exploração dos recursos naturais, surge em 1960 o discurso ambientalista apontando para um conjunto de mudanças institucionais e sociais para conter os efeitos eco destrutivos da racionalidade económica, no sentido de maior protecção da biodiversidade. Ganham força neste discurso as teorias conservacionistas e preservacionistas, com medidas para a conservação dos recursos naturais, a partir da criação de áreas protegidas da intervenção humana (Diegues & Arrunda, 2001).

Os defensores destas teorias (conservacionistas e preservacionistas) argumentam que a criação dos parques vai gerar o crescimento económico especialmente através de um aumento de receitas de turismo e que as comunidades que vivem em áreas adjacentes às áreas de conservação irão beneficiar deste desenvolvimento. A maioria das áreas de conservação, recém-estabelecidas ou não, tem pessoas a viver nelas e que dependem dos recursos naturais dessas áreas para seus meios de subsistência (Cernea & Schmidt-Soltau 2006).

Apesar de nos finais dos anos 80 organizações e agências internacionais terem começado a desenvolver programas para aumentar a participação local na conservação do meio ambiente, vários estudiosos observaram recentemente que há um movimento de volta à forte conservação da natureza (Hutton *et al*, 2005).

Conservacionistas de organizações internacionais e agências nacionais parecem ter recuado para a ideia de que seres humanos e animais selvagens não podem coexistir, que as pessoas são uma ameaça para a natureza e que a única solução para os potenciais conflitos sobre os recursos naturais é remover as pessoas da área de conservação, o que implica o deslocamento físico ou restringir o seu acesso aos recursos lá existentes (Cernea, 2005). No entanto, esta perspectiva é desafiadora (Rangarajan and Shahabuddin 2006) e o reassentamento tende a culminar em longo prazo e muitas vezes em grave empobrecimento social, económico e cultural aos reassentados e às famílias hospedeiras (Cernea, 1997).

A actual classificação das áreas de conservação coloca em primeira instância o respeito pelos interesses humanos, ou seja, da população local no centro de planificação e maneio dos recursos naturais e gestão das áreas de conservação em Moçambique, não apenas como parte integrante destas, mas também como actor principal na conservação da biodiversidade e gestão de áreas protegidas.

Apesar de se colocar o respeito e interesses humanos em primeira instância, a política das áreas de conservação em Moçambique diz que nos casos em que as áreas de conservação são de protecção total, as pessoas nelas residentes automaticamente não podem estabelecer direitos de uso e aproveitamento de terra. No caso em que as áreas tenham sido criadas com as pessoas a viverem no seu meio, os residentes, por força da Lei de Terras, automaticamente perdem esses direitos. É o caso das famílias que vivem dentro do Parque Nacional de Limpopo (Resolução nº 63/2009).

Adicionalmente, a mesma política indica que nos casos em que a conservação e a presença de residentes são incompatíveis, é necessário proceder ao reassentamento, que, neste caso, é tido como um instrumento para casos extremos, onde outras soluções não são aplicáveis e pode ter lugar em zonas de protecção total e outras zonas de interesse nacional. Deve se entender que o

objectivo principal, para além da separação dos valores a conservar das populações humanas, o reassentamento é tido como um instrumento de desenvolvimento (idem).

O reassentamento nas áreas de conservação traz impactos, que segundo o Banco Mundial (2004), podem ser distinguidos em dois tipos importantes relacionados aos recursos naturais:

- A perda da terra e outros bens;
- A restrição de acesso a parques ou áreas protegidas.

No primeiro caso, o projecto resulta na perda de terra ou outros activos ou meios de subsistência, independentemente se a pessoa afectada é fisicamente deslocada ou não. Pode-se apontar, como exemplo, a criação de uma área legalmente protegida ou a delimitação mais precisa dos limites de um parque existente, que resulta em deslocamento físico das pessoas, perda de abrigo ou outros recursos. A construção de uma barragem que afecte os rendimentos de quem pesca na área e que, posteriormente, esta área é ocupada pela albufeira, mesmo que os pescadores não perca o terreno ou a sua habitação.

Por outro lado, o acesso aos recursos naturais (parques e outras áreas protegidas) é restrito para cumprir com os objectivos da gestão dos recursos naturais ou a protecção da biodiversidade em áreas legalmente protegidas como resultado do projecto.

Os governos e as populações locais reconhecem que devem cooperar na gestão de recursos naturais e da biodiversidade, para assegurar a sustentabilidade dos benefícios derivados deles. Mas as normas governamentais para a gestão de recursos tendem a falhar, a menos que suportadas ou aceites pelas populações locais. Se os recursos naturais são degradados pelo uso excessivo, serão incapazes de atender às necessidades das comunidades. Esta complexa dependência dos recursos naturais e das comunidades, precisa de ser tida em conta na planificação do reassentamento (Banco Mundial, 2004).

4 Caracterização do distrito de Massingir

4.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Massingir situa-se a nordeste da província de Gaza e faz limite ao Norte com o Distrito de Chicualacuala, ao sul com o Distrito de Magude, Província de Maputo e a Este com o Distrito de Mabalane e Chókwè e a Oeste com a República da África do Sul. (Governo do Distrito de Massingir, 2010).

A superfície do distrito é de 5.858 km², sendo que desta extensão de terra uma grande área é ocupada por florestas, onde se desenvolve o sistema de ecoturismo. Abarca o Parque Nacional de Limpopo, *lodges* e reservas de brávia, seguido das áreas de agricultura, pecuária, comércio infraestrutura e outros como rios, albufeiras e lagoas (idem).

De acordo com o censo de 2007, a população de Massingir é de 28.470 habitantes e tem uma densidade populacional estimada em 4,8 habitantes por km² e uma percentagem de mulheres de 53%. O total da população do distrito tem sofrido variações devido ao movimento migratório da população economicamente activa para a República da África do Sul e para a Cidade de Chókwè (idem).

Administrativamente, o distrito encontra-se dividido em três Postos Administrativos, nomeadamente: Posto Sede, Mavoze e Zulo. Estes, por sua vez, estão subdivididos em 8 localidades, nomeadamente localidade Sede, Ringane, Zulo, Chitar, Mucatine, Chibotane, Mavoze e Machamba. O governo distrital é dirigido pelo administrador. O sistema de governação vigente é organizado por uma estrutura de seis Serviços Distritais, Actividades Económicas, Juventude e Desporto; Planeamento e Infra-estruturas, Educação, Juventude e Tecnologia, Saúde Mulher e Acção Social (Idem).

4.2 Características Físico-Geográficas Gerais

O distrito é caracterizado pelo clima semi-árido com precipitações médias anuais compreendidas entre 400 e 600 mm e temperaturas médias de cerca de 30°C. A época chuvosa vai de Novembro a Fevereiro. O relevo é caracterizado pelas planícies com bons solos para actividade agropecuária e planaltos pedregosos, zonas óptimas para o desenvolvimento do turismo ao longo do Rio dos Elefantes.

O distrito possui dois rios, o dos Elefantes, sobre o qual se construiu a Barragem de Massingir com uma capacidade de retenção de água durante cinco anos a irrigar uma área de cerca de 90.000 ha, isto é, de Massingir a Chókwè; rio Chinguedzi, este não é permanente, isto é, depende da queda das chuvas.

O tipo de solo mais predominante é o franco-argiloso ao longo dos vales dos rios Elefantes e de Chinguedzi, franco-arenosos nas zonas altas e pedregosos no interior do Parque Nacional de Limpopo, na zona do Posto Administrativo de Zulo. Ao longo dos vales dos rios predominam os solos cinzentos; no interior do distrito variam de vermelhos a brancos com maior destaque aos vermelhos.

Ao longo dos vales dos rios predomina igualmente a vegetação do tipo gramínea com óptimas condições para agricultura. Na zona alta do distrito prevalece a vegetação do tipo arbustiva e arbórea com óptimas condições para actividade agropecuária destacando-se a criação pecuária e bravia.

4.3 Situação Sócio-económica

A actividade económica do distrito assenta, fundamentalmente, na pecuária, agricultura, pesca e turismo. Outras actividades que contribuem para o aumento da produção e geração de rendimentos incluem a exploração de recursos florestais (plantas medicinais, lenha, caniço, estacas, corte de árvores para carvão); e pesca.

A população do distrito de Massingir vive com base na agricultura e criação de gado. A principal fonte de rendimento e subsistência das famílias é a actividade agropecuária e em média escala a exploração de recursos pesqueiros, florestais e faunísticos. Para além destas, algumas famílias sustentam-se através de remessas de emigrantes da África do Sul.

As fontes de água são geralmente rios e furos com bombas manuais. Em termos de reservas alimentares, parte considerável das famílias da classe baixa possui uma junta de bovinos e depende principalmente da produção obtida na machamba. As famílias da classe alta e médias possuem acima de 2 bovinos.

O tipo de habitação que predomina no distrito é pau-a-pique, na sua maioria sem latrinas. O chão é de terra batida, tecto de chapas de zinco e paredes de estacas. As principais zonas habitacionais localizam-se ao longo dos rios, o que permite a actividade pesqueira em pequena escala. A vila de Massingir é a zona que apresenta maior número de casas de alvenaria, na sua maioria pertencentes aos serviços públicos.

4.4 Caracterização Sócio-cultural

As principais manifestações culturais do distrito são *macuaela*, *macuai*, *xingomana* e *macesse*. Existem no distrito dois locais históricos, a vala comum de Tchaque e um centro arqueológico, com vestígios do Homem da idade da pedra.

A cerimónia tradicional *kutchinga* é uma das mais utilizadas para a purificação das viúvas, prática que pode concorrer para o aumento dos índices de HIV/SIDA. Um outro aspecto que também concorre para a propagação dessa doença é a prática da poligamia.

As decisões mais importantes da vida do agregado familiar são tomadas pelo homem (chefe do agregado familiar). Tais decisões incluem o casamento dos filhos, sendo que para tal se recorre à prática do *lobolo* pago pela família do noivo. Na actualidade, o *lobolo* é feito tanto em espécie como em dinheiro. A forma mais comum é em espécie, distinguindo a entrega do gado bovino.

No que diz respeito aos padrões de consumo, as populações alimentam-se basicamente de milho e verduras. Apesar de serem maiores criadores de gado bovino e caprino, raras vezes os consomem (Governo do distrito de Massingir, 2010).

5 Apresentação, Análise e Interpretação dos Dados do Campo

Após a revisão bibliográfica e para melhor compreensão do processo do reassentamento no Parque Nacional de Limpopo, seguiu-se o trabalho de campo, que visava o contacto directo com os afectados e deles recolher os dados relativos à sua condição sócio-económica fora do parque, de forma a analisar os impactos do reassentamento. É o contacto directo que nos permitiu avaliar até que ponto a mudança do seu *habitat* influencia nos seus hábitos e costumes.

Para além da informação geral, como a origem das pessoas que vivem no PNL, movimentação da comunidade de Nanguene, foram analisadas as condições de acesso aos serviços de saúde, educação, água e saneamento, o impacto dos pacotes de compensação, onde são analisadas as estratégias e meios de sobrevivência para garantir o sustento das famílias na zona de reassentamento, o acesso aos recursos florestais, áreas de pastagem e as relações de poder tradicional e práticas costumeiras.

5.1 Origem da População Estratégias e Meios - Nanguene

Para melhor compreensão das estratégias de meios de sobrevivência das populações de Nanguene, há uma necessidade de saber a origem das pessoas que vivem ou que viveram dentro do Parque Nacional de Limpopo.

Os primeiros habitantes do PNL foram os caçadores e colectores San, enquanto os agricultores e ferreiros Bantu entraram há 800 anos, onde desalojaram gradualmente os San. Cerca de 1500 postos de tropas portugueses passaram a ser portos regulares na chamada nova rota para o oriente (MITUR, 2001).

A aldeia de Nanguene localizava-se na parte sul do Parque Nacional de Limpopo, a 12 km da sede do distrito de Massingir na margem do rio Chingwedzi. É uma aldeia satélite de Mavodze apesar de ter mais afinidades sócio-culturais com a aldeia vizinha de Macavene (Milgroom, 2012).⁸

⁸ Vide o mapa 2 no anexo 1.

A população de Nanguene tem as mesmas características do resto da população que vive no PNL. Esta população movimentou-se inúmeras vezes ao longo das últimas décadas. Na década de 70 e início dos anos 80 um programa de aldeamento levou com que as famílias de Nanguene fossem para a aldeia de Mavodze de forma a desenvolver a agricultura comunal.

A etnia hoje predominante no PNL é a Shangana/Tsonga. Durante a guerra de desestabilização, uma parte da população residente no PNL deslocou-se para Gazankulo na África do Sul, e foi aceite pela comunidade local. No entanto, com a paz, muitas pessoas começaram a regressar às suas áreas de origem para restabelecer meios de assegurar a sua sobrevivência, em áreas com baixo potencial e alto risco para a agricultura e criação de gado (idem).

É evidente que a despeito das muitas mudanças políticas e sociais ocorridas em Moçambique e na África do Sul, a população de forma geral reteve muitos aspectos do seu estilo de vida tradicional, incluindo a sua língua, estilo de construção de casas e sistema de autoridade tradicional. Estes aspectos necessitam de ser respeitados, durante o processo de negociação sempre que qualquer factor de mudança afecte as comunidades, tanto ao nível regional como doméstico. Isto é particularmente importante quando se discutem assuntos tais como a vedação, movimentação de pessoas, oportunidades de emprego e a instalação de um sistema tradicional que previna a caça furtiva.

Há um relacionamento muito grande entre as famílias que se deslocaram para a África do Sul e as que ficaram no parque. Sempre que há cerimónias tradicionais entre as famílias, os emigrantes voltam para a terra de origem, tal como confirmou um dos entrevistados:

“No tempo da legitimação do régulo Rodrigues Maluleque, mais conhecido por Mapai IV, como líder comunitário, todos vieram participar, pois este é que é o rei de todos, incluindo os que vivem na RAS”⁹

No final da década 80, a maioria das famílias de Nanguene refugiou-se na África do Sul para fugir da violência cada vez mais intensa que se verificava em Moçambique. Quando a guerra acabou, em meados da década 90, o povo de Nanguene escolheu voltar para a sua zona de

⁹Germano Dimande, PNL, 15 de Julho de 2011,

origem. Em 2000, no entanto, as grandes cheias forçaram as famílias de Nanguene mais uma vez a mover-se, desta vez para o outro lado do Rio Shingwidzi, onde eles estavam a residir até à data de reassentamento.

Chinhangane, comunidade hospedeira de Nanguene, localiza-se fora do PNL a 25km da antiga comunidade de Nanguene. Nanguene foi reassentada nesta comunidade como um bairro da comunidade de Chinhangane, o 5º bairro, não como uma comunidade independente, o que não agradou os seus integrantes, pois eles queriam ser autónomos, com as suas próprias regras.

5.2 Acesso aos Serviços de Saúde, Educação Água e Saneamento

Em novos locais de reassentamento as infra-estruturas e os serviços públicos são fornecidos conforme necessário para melhorar, restaurar ou manter a acessibilidade e níveis de serviço para as pessoas deslocadas e comunidades anfitriãs. O regulamento do processo de reassentamento em Moçambique (2012) refere que o processo de reassentamento é acompanhado pela implantação das vias de acesso, sistema de abastecimento de água, saneamento do meio, electrificação, posto sanitário, escola, centro infantil, mercado, lojas, posto policial, locais de lazer. Cernea (2000) mostra que estes serviços são propensos a grandes riscos quando o processo não é bem encaminhado. No processo de reassentamento de Nanguene, nem todas as expectativas dos reassentados e da comunidade anfitriã foram satisfeitas quanto a alguns serviços.

5.2.1 Acesso a Serviços de Saúde

A comunidade de Nanguene recebia serviços de saúde num posto localizado na sede de Mavodze, a qual não fornecia préstimos completos. Este posto de saúde dista a 10km da comunidade de Nanguene.

Para os problemas de saúde mais graves era necessário que a população se deslocasse à vila do distrito, a uma distância de aproximadamente 20km, por não haver nenhuma unidade sanitária localmente. Os problemas de saúde graves continuam a ser assistidos no mesmo local, pois a comunidade de Chinhangane, para onde foram reassentadas as famílias de Nanguene, também não têm unidade sanitária. No entanto, em Chinhangane existem agentes polivalentes que prestam serviços básicos ao nível local, o que de certa forma minimiza as pequenas

enfermidades. Apesar de não ter unidade sanitária em Chinhangane a situação é diferente que Nanguene, porque existem meios de transporte e a distância é menor em relação à comunidade de origem (10km)¹⁰ como diz um dos entrevistados:

“Em Nanguene quando alguém estivesse doente e não conseguisse andar tinha que ser transportado por shlei¹¹ era puxado desde Nanguene até à estrada principal que passa pelo Parque que fica a 4km de casa para apanhar boleias porque não havia transporte público, nem chapas mesmo nessa estrada principal”¹²13.

5.2.2 Acesso à Educação

O acesso à educação tem sido uma das prioridades das políticas do Governo de Moçambique, no entanto, continua o desafio na melhoria de qualidade de ensino e a disponibilidade das infra-estruturas. Em Nanguene leccionava-se de 1^a à 5^a classes, os alunos assistiam às aulas numa sala construída de material local. Com a transferência dos alunos para Chinhangane, estes perderam a sua escola, mas tiveram alternativas.

Em Chinhangane os alunos passaram a ter aulas numa escola completa onde se lecciona desde a 1^a à 7^a classes a uma distância de 1km para as casas dos alunos de Nanguene. No âmbito das compensações foi construída uma casa para o professor para o reforço das casas existentes. Não tendo o ensino secundário em Chinhangane, os graduados da sétima classe continuam os seus estudos na sede distrital de Massingir. Por causa da distância que separa Chinhangane da vila, uma organização não-governamental (Auxílio Mundial) que opera nesta comunidade, financia o transporte para os alunos. Para o efeito, um dos reassentados, que adquiriu um meio de transporte, foi contratado para transportar as crianças de Chinhangane à vila de Massingir e vice-versa. A provisão deste meio de transporte contribuiu para que a taxa de desistência diminuísse pois a maior parte dos alunos não continuavam com os estudos, ou tinham que procurar abrigo

¹⁰Vide o mapa em anexo

¹¹Uma carroça específica usada no distrito de Massingir, puxada por bois, para transportar produtos agrícolas da machamba a casa.

¹² Amélia Mathe, Chinhangane, 18 de Novembro de 2013.

na vila onde ficavam durante a semana e regressavam a casa nos fins-de-semana. Este facto preocupava os pais uma vez que as raparigas não conseguiam prosseguir com os estudos porque durante o ano lectivo ficavam grávidas.

Importa referir que pelo facto de a comunidade de Nanguene estar em Chinhangane, o número das crianças de Nanguene a frequentar escola aumentou comparando quando viviam dentro do parque, para além de que já há adultos que iniciaram as aulas apesar de serem poucos. O número de crianças aumentou, primeiro porque já há incentivos na escola, há muito mais crianças a estudar na mesma escola, há um programa de Auxílio Mundial de Alimentação para as crianças na escola, para além do transporte garantido para a escola secundária.

5.2.3 Acesso à Água

A comunidade de Nanguene usava a água do rio Chingwedzi para o consumo, higiene pessoal e para o abeberamento do gado. Não havia nenhum tratamento da água. A distância das residências até à fonte da água não chegava a 500 metros, isto é, a mulher podia ter a panela ao lume a cozinhar e correr para ir buscar a água e voltar e continuar com a actividade que estava a fazer.

No processo de compensação, o PNL construiu um sistema de abastecimento de água para as duas comunidades, que funciona no sistema de painel solar. Cada uma das duas comunidades beneficiou de uma fontenária. Não existe nenhuma comissão de água para este sistema. No entanto, a água é salubre, por conseguinte não é boa para o consumo humano, apenas para outras actividades como higiene pessoal, lavar à roupa e loiça. As duas comunidades servem-se da única bomba manual de água existente em Chinhangane que dista a 1.5km da comunidade de Nanguene, o que, de certa forma, leva mais tempo, para além do afluxo de pessoas de uma só vez, provocando enchentes, o que não acontecia em Nanguene. Para se garantir a manutenção desta bomba de água e compra de peças para a manutenção, existe um comité de água e cada família contribui com 50Mt por mês.

Nas duas formas de acesso à água potável, mesmo que não seja a custos elevados, a população tem de tirar algum dinheiro. Como forma de ter um pouco mais de água e tratando-se de uma zona com uma precipitação baixa, o PNL, ainda no pacote de compensação, comprou e montou tanques de água para a captação das águas pluviais.

5.3 Pacotes de Compensação por Família

Com o objectivo de avaliar os pacotes de compensação neste processo, recorremos à abordagem de Saúde (2011), quando diz que no reassentamento é prevista a necessidade de compensação quando o impacto cause perdas de bens, ou perdas de acesso a diferentes recursos naturais e não naturais. No caso concreto da comunidade de Nanguene, que é um reassentamento de uma área de conservação, há uma perda total de acesso ao local, seja para as áreas agrícolas assim como para as áreas onde se dedicavam aos cultos, cerimónias tradicionais e não é permitido o acesso livre a estas áreas.

Para se garantir a continuidade da vida da comunidade de Nanguene fora do PNL, foram desenhados pacotes de compensação para cada família nuclear que, são abordados nas duas secções que se seguem.

5.3.1 Infra-estrutura Principal e Complementares dos Agregados Familiares

Cada família nuclear teve direito a uma casa construída com material convencional, dependendo do tipo de casa que cada um tinha na sua aldeia de origem. As casas variam entre tipo 1 e 2. A maior parte das famílias tinham mais do que uma casa, tinham uma casa para os filhos ou para a mãe do chefe de família, para além das infra-estruturas complementares como capoeiras, celeiros e currais. Para estes bens, as famílias foram indemnizadas em dinheiro, onde cada família devia cortar estacas e comprar chapas para as construções secundárias e a segunda casa. Os que tinham capacidade optaram pela auto-construção, poupando desta forma o dinheiro da compensação para o reinício da vida uma vez que nos primeiros anos não praticaram a agricultura. No entanto, os que não tinham capacidade física, o pouco dinheiro da compensação serviu para a sobrevivência, o que levou com que não tivessem a infra-estrutura secundária.

Esta forma de recompensa mostra de certa forma deficiências na restituição do bem-estar das famílias reassentadas pois nem todos os que receberam a compensação puderam reconstruir as infra-estruturas complementares nem a segunda casa, mudando o modo de vida de algumas famílias que tiveram que passar a dormir com os seus filhos ou suas mães dentro da mesma casa.

5.3.2 Estratégias e Meios de Sobrevivência

A existência de um grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo soluções mais ou menos adequadas e completas para a sobrevivência do Homem (Cândido, 2003). Neste sentido, o Homem e o meio aparecem numa solidariedade indissociável, isto é, a transferência da comunidade de Nanguene para Chinhangane pressupõe o estabelecimento de condições adequadas para a sua sobrevivência.

A maior parte das famílias de Nanguene vivia da agricultura de sequeiro e da criação de gado. Produzia quantidades suficientes para o sustento das suas famílias. Os produtos de pequena necessidade, como açúcar, sal e sabão, eram adquiridos na vila de Massingir. Com a transferência para Chinhangane, nos primeiros dois anos as famílias ficaram sem praticar a agricultura por não ter onde desenvolver esta actividade. Algumas famílias cultivavam nas machambas de alguns familiares nas comunidades vizinhas, mesmo na comunidade onde tinha sido reassentada, Chinhangane. Para os que não possuíam famílias em nenhuma comunidade vizinha, viram-se obrigados a trabalhar nas machambas de algumas famílias de Chinhangane ou Chibotane e receber alimentos no fim da colheita.

Como compensação das áreas de cultivo, cada família recebeu um hectare para a prática da agricultura de sequeiro. Estas áreas foram concedidas três anos depois do reassentamento das famílias, isto é, só depois deste período é que as áreas de cultivo ficaram prontas para a prática da agricultura, pois as zonas indicadas eram matas, havia necessidade de o PNL desbravá-las para serem acessíveis para a prática da agricultura. Para complementar estas áreas e como forma de proporcionar assistência adicional necessária para encorajar o desenvolvimento sustentável das famílias e fornecer a diversificação dos alimentos, o plano de reassentamento inclui no seu pacote áreas agrícolas de irrigação, onde cada família iria receber uma parcela. As áreas para a produção de irrigação foram identificadas e cedidas em 2010, mas o acordo só foi formalizado em 2011 concedendo uma área de 7ha. A recepção destas áreas também levou o seu tempo para se materializar, o processo de aquisição e instalação do sistema de irrigação e início do seu funcionamento só teve lugar quatro anos depois do reassentamento da comunidade de Nanguene, no entanto, a comunidade apenas se beneficiou de uma campanha.

Este fraco funcionamento do sistema pode se justificar pelo franco interesse e envolvimento da comunidade no processo, pois o êxito dos sistemas de irrigação de pequena escala nas zonas rurais depende em grande parte da participação de todos os agentes interessados na planificação e na implementação das actividades, visto que é este envolvimento que permite criar um sentimento de pertença e um maior compromisso com a gestão e conservação do sistema e nas actividades. A participação garante igualmente a posse do sistema de irrigação pois ajusta-se às diferentes necessidades dos participantes (Jordan, 2001).

A intenção de incluir áreas de irrigação no pacote de reassentamento para esta comunidade tinha como objectivo o uso da produção para o sustento das famílias e uma parte para a criação de rendimentos através da comercialização. A sustentabilidade do sistema de bombagem e irrigação iria depender deste rendimento. Este tipo de agricultura de irrigação aparece como uma actividade nova para a comunidade de Nanguene, apesar de as famílias estarem a sair de uma zona junto do rio.

Estamos a falar de famílias que não tinham nenhuma prática do uso de sistema de irrigação. Apesar de a comunidade ter conhecimento de que iria receber o sistema de irrigação, o seu envolvimento desde a escolha das áreas de instalação do sistema, a montagem e a forma do seu funcionamento eram cruciais para garantir a sustentabilidade da mesma, para além da capacitação e a alocação de um extensionista para o acompanhamento das actividades. A comunidade de Nanguene, mesmo não tendo áreas suficientes para a agricultura de sequeiro e que podia aproveitar as áreas agrícolas de irrigação, não continua a trabalhar nestas áreas de irrigação. A falta de combustível prometido pela PNL é a causa principal para não continuarem a trabalhar nestas áreas. O facto de não estarem a usar mais o sistema pode, de certa forma, danificá-lo e terminar, assim, a ideia de se garantir a diversificação dos alimentos e rendimentos das famílias através da produção e venda de produtos.

Com o andar do tempo e estando numa comunidade com dinâmicas diferentes de Nanguene, em Chingangane, sendo a actividade comercial uma das mais activas, a comunidade organiza-se em associações, o que tem criado uma movimentação de pessoas no sentido de não apenas depender da agricultura.

Estas situações levaram com que as condições de vida de algumas famílias vindas de Nanguene observassem algumas melhorias, condições consideradas melhores em relação às suas zonas de origem. Isto é, apesar de ser em número reduzido, mais de 20% das famílias reassentadas adquiriram viaturas para o negócio, três dos quais usam-nas como meio de transporte de pessoas e mercadorias, de Chinhangane a Vila de Massingir, em alguns momentos fazendo o trajecto Vila de Massingir para Chókwè e vice-versa.

As mesmas viaturas adquiridas pelos reassentados serve de meio de transporte para os alunos que terminaram o ensino primário para o secundário e não tendo este nível em Chinhangane são obrigadas a deslocar-se para a vila de Massingir. Estes meios de transporte não apenas beneficiam a comunidade reassentada como também a comunidade hospedeira.

Outro exemplo é dos que optaram pela abertura de pequenos estabelecimentos de comercialização de produtos de primeira necessidade e bebidas alcoólicas. Destes há a destacar o senhor Mahlaule, que ergueu um estabelecimento, onde usa gerador eléctrico que facilita a conservação de produtos frescos, como peixe, frangos e carne, para além das bebidas. Este é um dos estabelecimentos preferidos pois fornece caril e bebidas frescas às duas comunidades. Importa salientar que durante a visita exploratória feita a Chinhangane em 2011, três anos depois de se transferir a comunidade de Nanguene, estas condições não existiam em Chinhangane, o que mostra que há tendências para melhorias das condições de vida nesta comunidade, mesmo que seja de uma forma lenta.

As mulheres de Nanguene juntaram-se às de Chinhangane no desenvolvimento de diferentes actividades. Organizaram-se em associações para a prática de agricultura virada para a produção para o mercado. É o caso da associação *Chalamuka*, que produz culturas diversas, hortícolas e frutas, como tomate, cebola, papaia e mais. Esta associação tem o apoio da Auxílio Mundial que ajudou na instalação do sistema de irrigação e que continua a apoiar tecnicamente através de um extensionista e na comercialização dos produtos em Chókwè.

Para além de algumas mulheres terem conseguido um enquadramento, através da sua integração na associação, e de alguns homens terem meios de transporte, outras senhoras acabariam empregando-se dentro da comunidade. Tal é o caso do trabalho na *machamba* da ONG Auxílio Mundial, nos estabelecimentos comerciais e nos de hospedagem. Estas condições fazem com que

as famílias manifestem satisfação com o novo local, mesmo que não estejam a fazer as mesmas actividades que desenvolviam nas suas zonas de origem.

5.4 Acesso aos Recursos Florestais

Face à perda de recursos florestais nas áreas de origem, foi garantida a sua substituição através de uso dos recursos à volta da comunidade de Chinhangane, oferecidos pela comunidade hospedeira.

“Em princípio, o acesso foi estabelecido, contudo existe uma grande competição para o uso destes recursos para a produção de carvão, o que tem resultado em conflitos¹⁴”.

Os entrevistados referiram ainda que algumas famílias sentem que foram marginalizadas do acesso livre aos recursos florestais. Para além disso, a alta densidade populacional nas áreas de reassentamento limita a quantidade de lenha disponível. O tempo adicional que a mulher precisava para a colecta da lenha em cada dia aumentou consideravelmente. Isto acrescentado à longa espera na fila da água, o que lhes deixava com pouco tempo para outras actividades caseiras e da *machamba*.

5.4.1 Material de Construção

Para além das casas construídas com base em material convencional, as famílias reassentadas tinham de receber material de construção das infra-estruturas adicionais em substituição das casas complementares que tinham na sua zona de origem. Estas casas secundárias têm sido mais de duas em cada família dependendo do número dos membros de cada família. No entanto, na zona de Chinhangane, comunidade hospedeira de Nanguene, não existe floresta suficiente para ter material de construção das infra-estruturas complementares, em parte porque nesta zona, a maior parte da floresta é usada para a produção de carvão. A floresta nesta zona foi dividida e alocada a vários produtores de carvão, entre locais e outros vindos de outras partes da zona sul de Moçambique, principalmente os fornecedores de carvão para a cidade de Maputo.

¹⁴Carlota Siteo, Chinhangane, 13 de Novembro de 2013,

As únicas árvores existentes não eram acessíveis nem disponíveis para a construção de casas, apenas para a produção de carvão. À comunidade de Nanguene foi dito que apenas deviam cortar as árvores que estavam perto do seu bairro pois era o único local em que a comunidade era permitida cortar as estacas. Adicionalmente, as famílias de Nanguene tinham dificuldades mesmo para ter lenha para cozinhar, pois era difícil saber em que parcela deviam buscar lenha porque as parcelas estavam delimitadas para os produtores de carvão o que dificultava também o acesso e a identificação de locais livres. Em alguns casos as famílias de Nanguene tiveram que voltar sem lenha do mato porque os donos das parcelas não permitiram que tirassem lenha. Como sustenta um dos entrevistados a seguir:

“Chinhangane é uma comunidade que utiliza os recursos naturais para fazer carvão para vender e recolhe lenha para cozinhar, por isso não aceitam que nós de Nanguene usemos os mesmos recursos para cozinhar ou para tirar madeira para fazer casas. Nós roubamos lenha para cozinhar, dizemos que estamos a roubar, porque, por exemplo, alguém de Nanguene um dia foi perseguido porque estava a cortar lenha na floresta para a confecção das refeições”¹⁵.

5.4.2 Árvores de Fruta

Como forma de compensar pelas árvores de fruta perdidas, a comunidade de Nanguene recebeu mudas de fruteiras para plantar antes da sua transferência para Chinhangane. Em 2010 as mudas de casuarinas e moringa também foram providenciadas às famílias, mas não estavam evidentes nas áreas residenciais. O elevado teor de sais na água foi apresentado como razão principal porque as mudas não sobrevivem na área de reassentamento. Por outro lado, é provável que a falta de água também tenha influenciado esta situação. O facto de também serem árvores de fruta diferentes às que faziam parte desta comunidade, como tomo, nwambo, lharu, lhangule e outros, pode ter influenciado bastante, pois, em Nanguene, abundava o canhueiro, uma fruta que quase todas as famílias tinham. Esta árvore é tida como sagrada, mais ainda porque na época de canhú cada família fazia a bebida tradicional e a levava à casa do líder comunitário como agradecimento e/ou reconhecimento. Já em Chinhangane, ninguém dos reassentados possui canhueiro, apenas a comunidade hospedeira é que continua a fazer esta prática, ficando os reassentados sem direito de colectar canhú das árvores da comunidade hospedeira.

¹⁵ Amélia Mathe, Chinhangane, 14 de Novembro de 2013,

Não só o sumo de canhú era importante para a comunidade de Nanguene, mas também as sementes eram usadas na época seca como produtos para preparar comida em substituição do amendoim, quando este último fosse escasso. No entanto, apesar de também ser importante para os reassentados, os entrevistados referiram não ser o canhú em si de que sentiam falta mas a perda de oportunidade de partilhar o ritual da sua cultura. Tradicionalmente cada família colectava o canhú, fazia a bebida tradicional e convidava os amigos e vizinhos para conviver bebendo juntos. Com o reassentamento e sem acesso às suas árvores de canhú esta prática ficou literalmente fora de uso.

A bebida, por regra costumeira, não pode ser vendida, o único caminho para a ter é cada família ter acesso directo se possuir a respectiva árvore ou, indirectamente, através de relações sociais. Devido à baixa densidade de árvores nas florestas naturais sem canhueiros, os residentes reassentados não tinham como fazer a sua bebida e, por via disso, eles não eram convidados às outras cerimónias. Isto porque as cerimónias de canhú eram realizadas em honra aos antepassados para reafirmar as relações dentro da linhagem (Witter, 2010). Isto representou perda de oportunidade de integração da comunidade hospedeira. Apesar de que algumas famílias de Nanguene tinham relações familiares em Chingangane, outras não tinham e precisavam de cultivar aproximação ou outros laços que pudessem garantir acesso aos recursos. Algumas famílias fizeram a aproximação através de casamentos e outras através de reconquistas de velhas amizades ou laços familiares.

5.5 Acesso à Terra

No processo de reassentamento verifica-se a expropriação da terra. Como diz Cernea (2000), a expropriação de terras remove a fundação principal sobre a qual são construídos os sistemas produtivos dos povos, actividades comerciais e meios de subsistência. Ao menos que a base de terra de sistemas produtivos do povo seja reconstruída em outro lugar, ou substituída com emprego constante de geração de renda. A transferência da comunidade de Nanguene trouxe-lhes vários impactos relacionados com o acesso à terra, como é o caso do acesso às áreas de pastagem, agricultura e outras actividades, conforme referido na secção referente a Estratégias Meios de Sobrevivência.

5.5.1 Áreas para Pastagem

Dentro do parque, os residentes de Nanguene não tinham muitos problemas de roubo de gado. No tempo seco, quando as zonas habituais de pastagem estavam secas perto da comunidade, as manadas de bois podiam ser deixadas sozinhas na floresta durante uma semana, às vezes durante toda a época seca. Em Chinhangane, a situação é outra, as famílias reassentadas não têm local seguro para a pastagem do seu gado, o que faz com que vivam com o gado nas áreas de residência por receio de roubos. Aliás, nos primeiros dias, na zona de reassentamento, algumas famílias sofreram roubos, o que fez com que algumas famílias ficassem sem o que consideram a sua riqueza. Isso de certa forma dificultou a aquisição de novas áreas para a prática da agricultura, como sustenta uma das entrevistadas:

“Eu e o meu marido não temos macahamba aqui, a nossa machamba ficou em Nanguene, aqui só nos deram 1 (um) hectare numa zona que ainda não foi desbravada. Os que têm dinheiro ou bois compraram novas áreas em Chibotana, Marringuele ou mesmo aqui em Chinhangane. Senão tivessem roubado o nosso gado quando acabávamos de mudar também teríamos machamba. Em 2010 tivemos que passar fome porque não tínhamos trabalhado na machamba, apenas tivemos que cultivar nas machambas dos outros de Chinhangane e Chibotana para podermos ter alguma coisa para comer.”¹⁶

Em Chinhangane não se pode deixar o gado a pastar sozinho, daí que seja preciso ter alguém para pastar e no fim pagar em dinheiro ou espécie, significando isto que anualmente o dono de gado tem de dar uma cabeça ao pastor. Se não quer pagar alguém e tem crianças do sexo masculino em casa, estas são obrigadas a abdicar de estudos para se dedicarem à pastagem do gado da família. Tal facto faz com que, apesar da escola estar perto, mesmo com incentivo para a frequentarem, dela abdiquem. As famílias que não têm crianças com idades para pastagem ou que não têm capacidade de pagar alguém o seu gado morre à fome.

¹⁶MecelinaNgovene, Chinhangane, 17 de Novembro de 2013,

5.6 Envolvimento da Comunidade no Processo de Reassentamento

Apesar do processo de consultas às comunidades no processo de desenvolvimento proporcionar uma oportunidade para o seu envolvimento no processo de implementação dos projectos, estudos mostram que as comunidades continuam numa posição de não questionar os potenciais impactos e desvantagens dos projectos a longo prazo, deixando-se levar pela perspectiva de curto prazo apresentada, como a geração de emprego. Em muitos casos, apenas as elites locais são envolvidas no processo de consulta, (Justiça Ambiental, 2010).

No PNL, as pessoas afectadas pelo projecto também foram consultadas ao nível dos líderes da comunidade, ao longo do processo de reassentamento. No entanto, foram feitos apelos pelos líderes em 2006 ao PNL, que não havia sido feita divulgação completa dos planos do parque às comunidades e que os líderes não estavam interessados em acarretar responsabilidades. Esta falta de confiança inicial entre as comunidades e os líderes continuou em diferentes graus durante o processo.

Para melhor organização da participação da comunidade no processo de reassentamento, foram criados grupos de trabalho (GT) nas duas comunidades a reassentar e na comunidade hospedeira. Inicialmente cada grupo era composto por 12 membros, que mais tarde foi revitalizado e reduziu para 3 membros. A reorganização dos grupos visava facilitar as actividades no processo de reassentamento. Estes grupos foram o interface para o processo de reassentamento, participando de reuniões organizadas pelo PN. Os grupos visitaram as casas-modelo em Vilankulo, na província de Inhambane, construídas pelo INGC no âmbito do reassentamento das vítimas de ciclone e as casas modelos construídas em Chinhangane para a comunidade de Nanguene, bem como a localização das parcelas de cultivo, na comunidade de recepção. Os mesmos grupos de trabalho serviam de elo entre a comunidade e o parque. No entanto, o grupo de Nanguene reclamava o não envolvimento no processo de construção das casas.

Com a morosidade do processo, as comunidades recorreram às organizações não-governamentais locais, como é o caso da Lhuvuca, uma organização que trabalhou no processo para apoiar no aconselhamento às comunidades. Como refere um dos entrevistados da comunidade de Nanguene:

“Tivemos a ONG Lhuvuca para ajudar a resolver problemas relacionados com as compensações. Eles disseram que nos iriam ajudar a concluir o processo, ou seja, o que ainda está em falta, o abastecimento de água, a casa do professor, os campos de rega, e as questões das terras que não foram compensadas”¹⁷.

5.6.1 Influências dos Diferentes Actores no Decurso do Processo de Reassentamento

Uma visão esquemática das influências dos grandes grupos sobre o progresso com a planificação e implementação de reassentamento mostra que:

- A disponibilidade de financiamento foi uma força motriz para as acções de reassentamento em todos os níveis, com impactos na comunidade.
- A longo prazo as questões institucionais e legais constituíram importantes restrições também ao progresso rápido.

Este último foi difícil de gerir sendo envolvidas visões de longo prazo relacionadas aos planos de desenvolvimento e processos de planificação. A tabela a baixo representa uma apreciação colhida da revisão de documentos, das visitas e entrevistas realizadas ao longo da visita do campo que constituem a fase piloto do reassentamento do Parque Nacional do Limpopo (PNL). O objectivo é entender melhor o produto das relações principais institucionais em conexão com o programa de reassentamento. Esta imagem contextual começa muito antes do plano de reassentamento, mas a história é relevante para a interpretação do decurso da implementação dos mesmos.

¹⁷Domingos Mahlaule, Chinhangane, 17 de Novembro de 2014.

Tabela 1: Influência dos diferentes actores no decurso do processo de reassentamento

ANO	Acções Principais	(1-5)	1 = Menor 2 = Médio 3 = Maior							
		Avaliação de Grau de progresso	Internos (PNL)	Avaliação da Influência sobre o Progresso Sectores Nacionais / Provinciais / Distritais	Doadores	Comunidade				
2001	Declaração do PNL	5	1	Estabelecimento institucional, Administração do PNL	3	Projecto de interesse Nacional	3	Financiamento	0	Sem nenhuma acção
2002	Sem acção de reassentamento		1	Sem acção de reassentamento	2	Sem acção de reassentamento	3	TdR para Política	0	Sem nenhuma acção
2003	Elaboração da Política de Reassentamento para PNL	3	3	Envolvidos na elaboração do QPR	3	Fundo do funcionamento da Administração do PNL	3	Financiamento dos estudos e política do reassentamento	1	Levantamento de dados
2004	Assistência técnica e criação do Comité Consultivo de Reassentamento	4	2	Recursos humanos para assistência técnica	2	Concepção da Política das áreas de Conservação	3	Financiamento da assistência técnica. Regras para a implementação do projecto.	1	Sem nenhuma acção
2005	Aprovação da Política de Reassentamento	5	2	Acção passiva	2	Acção passiva	3	Aprovam a Política	2	Início das consultas; Macavene e Nanguene concordam com o projecto-piloto; início dos levantamentos
	Divulgação da política de reassentamento, mobilização comunitária, colecta dados		3	Protagonistas na divulgação, mobilização e levantamento dados		3		Apoio Institucional (através do MITUR)		
2006	Apresentação e discussão do pacote de compensação	4	3	Protagonistas	2	Apoio Institucional (através do MITUR). Reuniões de discussão de pacotes de compensação.	3	Financiando, Assistência técnica	1	Protagonista/intervenientes / participantes activos
	PAR (Esboço 1)			Protagonistas		2		Reuniões de discussão do PAR		2
2007	PAR Nanguene elaborado (Esboço 2)	4	3	Protagonistas	3	Reuniões de discussão do RAP	2	Financiando	1	Sem nenhuma acção
	Interrupção dos Planos de Reassentamento	2	1	Diminuição da acção de reassentamento		Sobreposição de interesses do Estado		Reflexão sobre o processo		Impaciência com a lentidão processo de reassentamento.
2008	Reactivação do CCR e a cadeia das estruturas de reassentamento	4	3	Mobilização de ONG, líderes comunitários)	3	Responsável pelo processo	3	PAR e financiamento aprovados	2	Participação activa no processo
	Reassentamento da comunidade Nanguene		3	Mobilização do processo	2	Acompanhamento	1	Financiamento	2	Reassentamento da primeira comunidade
	Reunião do CCR para a apreciação do modelo do reassentamento do INGC		2	Expectativa	3	Protagonista	1	Reflexão sobre o processo	1	Sem nenhuma acção

2009	Estagnação do processo de reassentamento (Macavene) (casas não concluídas)	1	1	Reservas ao nível técnico quanto aos contratos em execução	2	Aprovação 1º Certidão Delimitação área residencial. Chinhangane e Banga	3	Reflexão sobre o processo; falta de fundos	1	Impaciência com a paralisação do reassentamento.
2010	Identificação das terras para a agricultura de irrigação para Nanguene e Macavene	4	2	Protagonistas	3	Elaboração da Estratégia de Reassentamento	2	Falta de fundos	1	Impaciência com a paralisação do reassentamento.
2011	Formalização das terras, divulgação da nova Estratégia	4	2	Seguimento de pendentos dos PAR	3	Aprovados Certidões Delimitação, Estratégia de Reassentamento e fundos	2	TdR para Avaliação dos PAR 1 e 2a	1	Envolvidos
	Contratação da assistência técnica (LUPA) para legalização de terra irrigada e capacitação comunitária		3	Seguimento de pendentos dos PAR	1	Acompanhamento	2	Financiamento	1	Envolvidos
2012	Machambas de irrigação em Chinhangane para a comunidade de Nanguene.	4	4	Protagonistas	3	Financiamento, aprovação certidões de delimitação comunidades por reassentar, supervisão, reuniões semanais, auscultação dos problemas e desenho de estratégias de resolução	3	Financiamento	3	Envolvidos
2013	Machamba de irrigação parada	1	1	Poucas visitas à comunidade de Nanguene	1	Pouca intervenção comunidade. Preocupado com as outras comunidades	1	Financiamento em outras comunidades	3	Comunidade instalada, reinício da vida com nova realidade. Novas fontes de sustento

Fonte: Felizarda Machel

De uma forma geral, o que se nota é que as influências dos vários grupos foram irregulares ao longo do tempo. A comunidade teve dois momentos de envolvimento positivo sobre o processo: a) quando inicialmente o trabalho de preparação dos levantamentos e inquéritos foi feito para a elaboração dos Planos de Acção de Reassentamento para as populações de Nanguene, e b) quando os planos de acção de reassentamento estavam actualizados e o processo de reassentamento da população de Nanguene para a comunidade de Chinhangane foi realizado.

Os esforços do parque, dos doadores e dos outros sectores do governo prolongaram-se muito mais, de tal ordem que foi notado ao nível comunitário. Significa em geral que as influências de cada grupo foram inconsistentemente aplicadas, às vezes contra uma e outra, às vezes juntas, em melhor harmonia, mas sobretudo houve poucos momentos de coincidência de esforços de todos. Quando houvesse, de facto, o trabalho de reassentamento parecia ter andado melhor como se pode ver na tabela.

5.7 Integração da Comunidade Anfitriã no Processo de Reassentamento

A quarta etapa do reassentamento, segundo Asthana (1996), refere-se à integração dos reassentados na zona hospedeira. A integração passa de um estudo sócio-económico nas comunidades hospedeiras de forma a determinar os potenciais impactos de reassentamento. O estudo deve incluir infra-estruturas sociais como escolas, unidades sanitárias e fontes de abastecimento de água, para além das condições de subsistência. O estudo deve incluir também a vontade de aceitação dos locais em receber os reassentados. O estudo feito aquando do reassentamento da comunidade de Nanguene, mostrou que aquele grupo foi aceite pela comunidade de Nanguene, como diz um dos líderes entrevistado:

“Quando o parque e os doadores apareceram aqui solicitando espaço para realocação de Nanguene, dissemos que ainda queríamos falar com a nossa comunidade de Chinhangane. Quando eles voltaram, dissemos que poderíamos receber Nanguene. Podemos ceder o terreno para agricultura e pastagem. Pedimos casas equivalentes às de Nanguene e eles disseram que não tinham orçamento para as comunidades anfitriãs, talvez com financiamento francês¹⁸”

Para receber a comunidade de Nanguene, a comunidade hospedeira (Chinhangane) exigiu em troca uma vedação que separa as *machambas* das áreas de residência de forma que o gado não destruísse as culturas agrícolas. Exigiu também três tanques para o abeberamento do gado, para além da fonte de água que a comunidade hospedeira recebeu como compensação. Estas exigências foram satisfeitas mas não na totalidade, pois a comunidade de Chinhangane reclama a qualidade do material de construção da vedação porque o gado continua a passar para as machambas. Por outro lado, não tiveram os três tanques exigidos, mas apenas um e, ainda assim, não com as dimensões concordadas. Esta insatisfação leva a que considerem que o acordado não foi cumprido e que ainda esperam que um dia seja satisfeito. No entanto, as relações entre as duas comunidades são boas.

¹⁸Januário Ngovene, Chinhangane, 17 de Novembro de 2013.

5.8 Relação de Poder Tradicional e Práticas Costumeiras

A identidade cultural de um povo, com todas as suas peculiaridades, é construída através da interpretação de um mundo que é marcado por signos e símbolos, que estão situados em um determinado lugar e que são fruto da acumulação de uma experiência histórica. As festas, as músicas, as celebrações religiosas, as comidas, as danças e outras manifestações culturais, são os elementos que dão sentido à existência dessa sociedade como grupo. Por isso, quando tratamos de deslocamento forçado de uma determinada população, isso pode significar perdas irreparáveis do ponto de vista sócio-cultural, além de carregar consigo processos sociais marcados por processos de mudança de território e pelo reassentamento dos atingidos (Silva, 2007).

No processo da selecção do local de reassentamento, as comunidades por reassentar têm o direito de optar por onde querem ser reassentadas, no entanto, deve haver uma manifestação de interesse por parte da comunidade escolhida em receber os reassentados (Cernea, 2000). Para o caso da comunidade de Nanguene, esta escolheu a comunidade de Chinhangane e foi acolhida. No entanto, em Massingir assim como em outras áreas de Moçambique, a divisão tradicional das comunidades funciona com regulados. A comunidade de Chinhangane indicou uma área por reassentar a comunidade de Nanguene sem no entanto verificar a quem pertencia tradicionalmente o espaço. O líder de Marringuele (líder de uma comunidade vizinha de Chinhangane) reivindicou este espaço, chegando mesmo a interditar as cerimónias tradicionais da recepção dos reassentados de Nanguene.

Tradicionalmente a pessoa que está à frente das cerimónias tradicionais de recepção da comunidade reassentada deve ser o líder dessa área e ser reconhecido tradicionalmente. Se o líder reconhece que a área a si pertence a cerimónia pode ser realizada, mas se há uma reivindicação, como é o caso, há sempre um receio de a cerimónia não correr bem ou porque os reassentados nunca se sentirão acolhidos.

A comunidade de Nanguene é constituída por um número menor de famílias, o que fez com que na sua integração a Chinhangane fosse constituída como um bairro e não como uma comunidade independente. Este facto levou à inconformidade, pois apesar de a comunidade de Nanguene ser constituída por um número reduzido de famílias, na sua zona de origem tinham um líder tradicional e queriam continuar com a sua liderança local. O facto de não se ter reconhecido o

líder de Nanguene em Chingangane levou com que aquele abandonasse o seu povo e emigrasse para a África do sul, vendendo a sua residência. Cernea enquadra este cenário numa situação em que o líder viu-se numa situação de não poder usar as suas habilidades adquiridas anteriormente no novo local de residência. Cernea (2000) considera isto, uma perda de capital humano.

Assim, a comunidade de Nanguene continuou social e psicologicamente marginalizada, na medida em que, uma vez sem o seu líder, ficou sem participar em reuniões e actividades do desenvolvimento do distrito. Para ultrapassar este impasse, o governo do distrito sentiu a necessidade de empossar um novo líder. Até à data da realização deste trabalho, a comunidade de Nanguene realizava reuniões para apresentação, análise e discussão dos diferentes problemas que enfrentam, em coordenação com a comunidade de Chingangane e o governo do distrito.

6 Conclusões e Considerações Finais

6.1 Verificação das Hipóteses

Para o desenvolvimento da presente pesquisa partimos de dois pressupostos. Um que defendia que a transferência da população de Nanguene do PNL influencia no seu meio de subsistência, isto porque o processo de transferência quebra de certa forma a continuidade do *modusvivendi*. A pressuposição para sustentar esta percepção é que há necessidade de reiniciar novas actividades num novo local. A pesquisa mostra que a maior parte das famílias viviam de agricultura de sequeiro, que dependia do acesso à terra para desenvolver, a qual não foi previamente preparada e entregue às famílias para desenvolver a actividade agrícola antes da sua transferência.

Outro pressuposto indicava que os hábitos e costumes da população de Nanguene também eram influenciados pela sua transferência do PNL para fora destas. A análise dos dados de campo mostra que há de certa forma uma influência, na medida em que o facto de estarem num outro território sem poder sobre os recursos naturais não permite o desenvolvimento de certos hábitos e costumes. E em algum momento não há disponibilidade e acesso dos recursos naturais.

6.2 Conclusões

A incompatibilidade da presença humana no Parque Nacional de Limpopo levou à necessidade de reassentamento das famílias da comunidade de Nanguene. No entanto, o reassentamento não pode ser visto como um instrumento de repressão, mas sim como uma medida que beneficia de certa forma os afectados. Apesar de ainda não estarem satisfeitos na totalidade os pacotes de compensação, as famílias tendem a normalizar as suas condições de vida e em alguns casos registam-se mesmo melhorias. A integração e adaptação das famílias de Nanguene acontece num processo gradual em que vão sendo descobertos meios de vida, como mostram os dados de campo.

Os resultados de campo mostram que ao longo do processo de reassentamento, as consultas às comunidades trouxeram certas promessas, mesmo que sejam verbais e, desta forma, criaram expectativas de melhores condições de vida fora do parque, a exemplo da disponibilização dos

serviços sociais, o acesso às áreas agrícolas, pastagem de gado e dos recursos florestais, para além das infra-estruturas de habitação.

A transferência da comunidade de Nanguene para Chingane, implicou automaticamente a perda dos seus direitos consuetudinários ao uso de terra. O seu reassentamento significou que a sua liderança tradicional, baseada no controlo de uso da terra e outros recursos naturais, fosse também perdida.

Os dados de campo mostram ainda que a transferência das famílias de Nanguene para Chingane não permitiu o acesso e uso automático de terra, há sempre um processo longo de negociação e libertação das terras pelas comunidades anfitriãs, o que levou com que as famílias passassem muito tempo sem terras para desenvolver as actividades do seu sustento, desviando de certa forma algumas economias para a compra de produtos alimentares.

A compensação justa só pode ser feita para permitir que o uso seja realizado sob direitos adquiridos. Isto significa que os direitos de ocupação relacionados com a posse tradicional dos clãs não são transferidos. Esta situação sempre afecta relacionamentos subsequentes entre comunidades a reassentar e as comunidades anfitriãs, tornando as anteriores as partes mais fracas.

O reassentamento leva a mudanças bruscas na organização sociocultural que normalmente ocorrem ao longo de períodos mais prolongados. Há uma necessidade de esclarecer os parâmetros nacionais para o acesso aos serviços de saúde, educação água e saneamento às populações durante as negociações com as comunidades, porque não é o facto de se estar a transferir uma comunidade que implica necessariamente a criação de todas as infra-estruturas sociais para aquela comunidade, mesmo que esta esteja inserida dentro de um grupo anfitrião com condições de serviços de saúde, educação, água e saneamento suficientes para todos. Há que ver se as infra-estruturas existentes são ou não suficientes e se o acesso também é abrangente ou não, para que não haja exigências como as de Nanguene, que entendem ser de todo legítimo impor a existência de uma escola para 20 famílias transferidas. A construção de infra-estruturas sociais segue políticas acompanhadas por regras e requisitos que devem ser respeitados, o raio que separa as famílias e os serviços de educação, saúde, água e saneamento, para além do

número de pessoas que devem ter acesso a esses serviços sob pena de se estar a beneficiar alguns em detrimento de outros dentro da mesma área de jurisdição.

Apesar de várias reclamações apresentadas pelas duas comunidades durante as entrevistas em grupos, os resultados individualmente mostram que há alguma satisfação por parte dos reassentados, mesmo com a dificuldade do acesso da água e não funcionamento das machambas de irrigação. As famílias sentem-se inseridas numa zona com melhores condições, “onde um dos entrevistados preferiu considerar de estar a viver na cidade”, porque tem uma casa de material convencional, em Chinhangane pode frequentar a escola, pode chegar à vila através de um transporte que lhe leva dentro da aldeia. Podem desenvolver negócios que mudam o seu estilo de vida.

O acesso a serviços de saúde melhorou, mesmo que seja a mesma unidade sanitária que usavam quando viviam dentro do parque, visto que as condições para se chegar a esta unidade sanitária são muito melhores. Já não há que dormir na machamba para afugentar os hipopótamos e correr risco de ser ferido por estes.

Foi possível durante o trabalho de campo ver as famílias de Nanguene a juntar-se a um evento desportivo entre as diferentes comunidades de Massingir, o que para eles era algo novo, pois nunca participavam em actividades recreativas que juntassem outras comunidades dentro de Nanguene.

O processo de reconstrução dos novos locais de reassentamento não passa apenas pelos elementos físicos do espaço, mas sim, sobretudo, por um processo de reconstrução da vida em sociedade. Apesar das experiências construídas em Nanguene, novas relações e expressões culturais são impostas incorporadas a estas famílias reassentadas, daí que o processo de reassentamento deve garantir boas relações entre as comunidades reassentadas e anfitriãs no processo de negociação.

Apesar de as duas comunidades, Nanguene e Chinhangane, apresentarem tendências para apontar factos depreciativos entre elas, nenhuma apresentou uma reivindicação formal ou registou um conflito directo. Os níveis de discórdia têm sido expressos sob uma variedade de

maneiras, desde formas tradicionais de identificar os assentados e os seus líderes como os “outros, aqueles do parque”, aqueles que roubam lenha nas matas e enchem no nosso fontanário.

6.3 Considerações Finais

- O envolvimento das comunidades no processo de reassentamento, como a construção de casas e outras infra-estruturas, deve incluir os afectados directa e indirectamente de forma que estes sintam como fazendo parte do sistema e, por via disso, também responsáveis pelos mesmos;
- Há uma necessidade de auscultação de todas as lideranças, incluindo as tradicionais locais, no processo de reassentamento, envolvendo inclusive os líderes vizinhos para a confirmação da pertença das terras para o reassentamento, para a atribuição das áreas agrícolas aos reassentados e para pastagem, de forma a prevenir a atribuição incorrecta de terras;
- As negociações com as famílias afectadas para o desenho dos planos de compensação devem ser realísticas para permitir a satisfação de parte-a-parte.
- As negociações com os afectados, sejam com as comunidades a reassentar, assim como as comunidades anfitriãs, devem ser por escrito e divulgadas aos envolvidos para que não haja contradição nos acordos traçados e para que haja um controlo das reclamações e reivindicações.
- A submissão de qualquer comunidade numa nova actividade de subsistência deve ser acompanhada por uma capacitação e uma monitoria sistemática até que os afectados sejam capazes de desenvolver a actividade em si sem nenhum apoio.
- O abastecimento de água é um serviço fundamental que ancora os mais pobres aos locais como nenhum outro recurso natural o faz. Para o programa de reassentamento em grande escala, previsto em uma área semi-árida, com solos salinos e qualidade das águas subterrâneas variável, consideração adequada de opções de abastecimento de água e os

custos desta devem ser claramente consignados na planificação para o reassentamento e ser realizada no início do processo.

7 Referências Bibliográficas Básicas

ARAÚJO, Manuel G. Mendes. (1997). *Geografia dos Povoaamentos Assentamentos Humanos Rurais e Urbanos*, UEM;

ASTHANA, R. (1996). *Involuntary Resettlement: Survey of International Experience*. In *Economic and Political Weekly*, Vol. 31, No. 24, pp. 1468-1475. Retrieved on 29/01/201 from JSTOR.

Banco Mundial, (2001). *Manual de Operações do Banco Mundial*;

BENNETT, C. F. (1983). *Conservation and Management of Natural Resources in the United States*. USA: John Wiley & Sons.

BRITO, M. C. W. de (1998). *Unidades de conservação: intenções e resultados*. In: *Ciência Ambiental*, José Eli da Veiga. São Paulo. P: 209-228;

CANDIDO, António. (2003). *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo. Livraria Duas Cidades;

CATTON, Willian R. Jr. e DUNLAP, Riley E. 'A New Ecological Paradigm for a Post-Exuberant Sociology'. (1980). *American Behavioral Scientist*.

CERNEA, Michael. M. (2003). *For a New Economics of Resettlement: A Sociological Critique of the Compensation Principle. An Exchange on the Compensation Principle in Resettlement*;

CERNEA, M. (Editor) (1999). *The Economics of Involuntary Resettlement: Questions and Challenges*. Washington, D.C: The World Bank;

CERNEA, M. (2000). *Risks, Safeguards, and Reconstruction: A Model for Population Displacement and Resettlement*. In *Economics and Political Weekly*, Vol. 35, nº. 41 (pp. 3659-3678);

CHISHOLM, M. (1962) *Rural Settlement and Land Use*. London, Hutchinson;

CHRISTALLER, Walter, (1972). *How I discovered the Theory of Central Places: A Report about the Origin of Central Places*. in: English, P. W. and R. C. Mayfield, eds., *Man Space and Environment*. Oxford Univ. Press, pp.601–610;

DE WET, C. (2004). *Why Do Things So Often Go Wrong in Resettlement Projects?* In Alula Pankhurst and F. Piguet (eds). Addis Ababa University;

DIEGUES, A. C. S.(1993). *Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: O Mito Moderno da Natureza Intocada. Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Húmidas do Brasil*. Série — Documentos e Relatórios de Pesquisa, nº 1, São Paulo;

DIAS, Reinaldo, (2009). *Introdução à Sociologia*, Person Pretince Hall, São Paulo;

DIEGUES, António Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. (org). (1993). *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo

DOWNING, T. E. (1996). *Mitigating Social Impoverishment When People are Involuntarily Displaced*. In C. McDowell (Eds) *Understanding Impoverishment: The Consequences of Development-Induced Displacement*, Pp. 34-48. Oxford: Berghanina Press;

DUDLEY, N. (2008). *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*. Gland, Switzerland: IUCN;

EL-HINNAWi, E. (1985). *Environmental Refugees*. Nairobi, Kenya: United Nations Environmental Programme;

FEEMA (1992). *Vocabulário Básico de Meio Ambiente*. Rio de Janeiro, FEEMA/Petrobrás;

EISENSTADT. S. N. (1969). *Modernização protesto e Mudança. Modernização de Sociedades tradicionais*. Zahare Editores Rio de Janeiro;

FACHIN, Odilia, (1993). *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Atlas;

FRITZEN, A. H. Byon, A. Nowakski, & A. Pollock (2006). *Ethiopia: A Risk Assessment Brief*. United Nations Missions in EthiopiaandEritrea;

GIDDENS, Antony, (2000). *Sociologia*, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, segunda edição; Lisboa;

GIL, António Carlos, (1999). *Projecto de Pesquisa*;

GEBRE, Y. (2004). The Metekel Resettlement in Ethiopia: Why Did It Fail? In Alula Pankhurst and F. Piguet;

GONÇALVES, Aguinaldo. *Embusca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida*. In: VILARTA, Roberto. *Qualidade de Vida e políticas públicas: saúde, lazer e actividade física*. Campinas, IPES, 2004.

GROSSMAN, S.P. (1971). *Changes in food and water intake associated with an interruption of the anterior or posterior fiber connections of the hypothalamus*. J. comp. Physiol. Psychol;

HANSEN, A. & A. Oliver-Smith (1982). *Involuntary Migration and Resettlement: Causes and Contexts. The Problems and Responses of Displaced Peoples*, pp. 1-9. Westview Press, Boulder;

HAESBAERT, R. 2002 - *Concepções de território para entender a desterritorialização*. In: *Território Territórios. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense*. Niterói, p. 17- 38.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK (1999). *Involuntary Resettlement in IADB Project Principles and Guidelines*. Washiton D.C;

JORDAN, T.G. (1966). *On the nature of settlement geography*. In: *The Professional Geographer*, Vol. 18, No. 1;

JORDANS, Eva. (2001), *Programa de análise sócio-económica e de género, guia do sector de irrigação*. FAO;

KOSINSKI, L.A. and Prothero, R.M, (1975), *People on the Move: Studies on Internal Migration*. Methuen, London;

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva, Maria, (2009). *Metodologia do Trabalho Científico*. 7ª Edição Atlas, São Paulo;

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva, Maria, (1999). *Sociologia Geral*. 7ª Edição Atlas, São Paulo;

MILLER, K. R. (1997). *Evolução do conceito de áreas de protecção — oportunidades para o século XXI*. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, Vol. 1: 3-21;

MITUR (2010). *Plano de Maneio do Parque Nacional de Limpopo*;

MORSELLO, C. (1999). *Unidades de Conservação Públicas e Privadas: Seleção e Manejo no Brasil e Pantanal Mato-Grossense*. In: *Ciência Ambiental. Os Desafios da Interdisciplinaridade*. Pedro Roberto Jacobi (Org.) Programa de Pós-Graduação da USP. São Paulo: Annablume. p. 333-358;

MUKHERJI, S. (1996). *The Mobility field theory of human spatial behavior: a behavioral approach to the study of migration and circulation in the Indian situation*. University of Michigan, Ann Arbor;

NERI, Marcelo. (2004). *Cidade de Deus o reassentamento*;

OBERAI, A. (1986). "Land Settlement Policies and Population Redistribution in Developing Countries: Performance, Problems, and Prospects." *International Labor Review* 125 (2):141–161;

ODUM, E. P. (1977). *Ecologia*. São Paulo. Ed. Pioneira. Ecologia. 3ª ed. Trad. Carlos Ottenwalder. México D.F. Interamerica, 1972. 639 p;

OLIVEIRA, L. C. A. (1999). *The interaction between Park management and the activities of local people around National Parks in Minas Gerais, Brazil*. PhD. in Geography. University of Edinburg;

PANKHURST, Alula and F. Piguet (2004). *Contextualizing Migration, Resettlement and Displacement in Ethiopia*. In Alula Pankhurst and F. Piguet (Eds), *People, Space and the State*:

Migration, Resettlement and Displacement in Ethiopia, Workshop Proceedings, 28-30 January 2003. Addis Abeba University;

MILGROOM, Jéssica. (2012). *Elephants of Democracy Anunfolding process of resettlement in the Limpopo NationalPark*.

PARMIGIANI, Jacqueline. (2010). *Movimentos Sociais Participação e Democracia*, UFSC, Florianópolis, Brasil;

PEOPLE. (2003). *Space and the State: Migration, Resettlement and Displacement in Ethiopia*, Workshop Proceedings, 28-30 January, pp.92-111, Addis Abeba University;

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUT, Luc V. (1998). *Manual de Investigação em ciências sociais*. Lisboa: grádiva;

RONDON, Marcelo Cândido; (2009). *Dissertação de Mestrado Memórias de Luta, Lutas Pela Memória, O Reassentamento São Francisco*;

RICHARSON, Roberto Jarry, (2008). *Pesquisa Social Métodos e Técnicas*. 3ª Edição, Atlas;

ROCHER, Guy, (1989). *Sociologia Geral Mudança Social e Acção Histórica*. Editora Presença, 4ª Edição;

SACHS, Ignacy. (1986). *Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir*. Sao Paulo: Vértice;
VALEJO, unidades de conservação: *Uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas*. Universidade Federal Fluminense;

RAIMUNDO, Inês Macamo. et al, (2012). *Impacto da construção da Av. Joaquim Chissano na população. Reassentamento Populacional, Governação Autárquica, Trabalho Migratório e Relações Internacionais entre Moçambique e Malawi*. Faculdade de Letras e Ciências Sociais - CAP – UEM - MPT

SHAMI, S. (1993). *The Social Implications of Population Displacement and Resettlement*. An Overview with a Focus the Arab Middle East. In *International Migration Review* Vol, 27, No. 1. Pp 4-33;

SILVA, Vicente de Paulo da. (2007). *Grandes Projectos e Transformação no Sentido do Lugar. Caminhos de Geografia*, Uberlândia;

STONE, K.H. (1965). *The Development of a Focus for the Geography of Settlement*. In: *Economic Geography*, Vol. 41, No. 4, pp. 346-355;

WAIBEL, L. (1948). *A teoria de Von Thunen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra, sua aplicação à Costa Rica*. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 10, n. 1, p. 3-40;

WOOD, Adrian P. (1976). *The Resettlement of famine victims in illubor province Ethiopia*. University of Liverpool. Dept. of Geography;

WORLD BANK 1996. *Resettlement and Development: The Bankwide Review of Projects Involving Involuntary Resettlement*, DC World Bank;

WOUBE, Mengistu (2005). *Effects of Resettlement Schemes on the Biophysical and Human Environments: The Case of the Gambela Region, Ethiopia*. Universal Publishers Boca Raton, Florida USA.

ZAINAL et al (2012). *Current issues in hospitality and Tourism Research and innovations*, Taylor & Francis Group, London;

SMITH, Melanie; MACLEOD, Nicola; ROBERTSON, Margaret. *Key concepts in tourist studies*; Sage Publications. London, 2010;

VILAR, Emílio. (2007). *Sobre a Economia da Cultura*. Lisboa.

Documentos e manuais

- African Union (AU).(2009). *African Union Convention for the Protection and Assistance of Internally Displaced Persons in Africa*. Adopted by the Special Summit of the Union Held on 22nd October 2009 in Kampala, Uganda;
- MITUR; (2004). *Parque Nacional do Limpopo – Moçambique*;

- *Resettlement Policy Framework* for the Roads Sector; (2006);
- Handbook for Preparing a Resettlement Action Plan, (2002).International Finance Corporation – IFC;
- Boletim da República, Resolução nº 63/2009;
- 2008 The Wildlife Conservation Society / Programa SAAD;
- Boletim da República, Decreto 90/2013 de 31 de Dezembro.

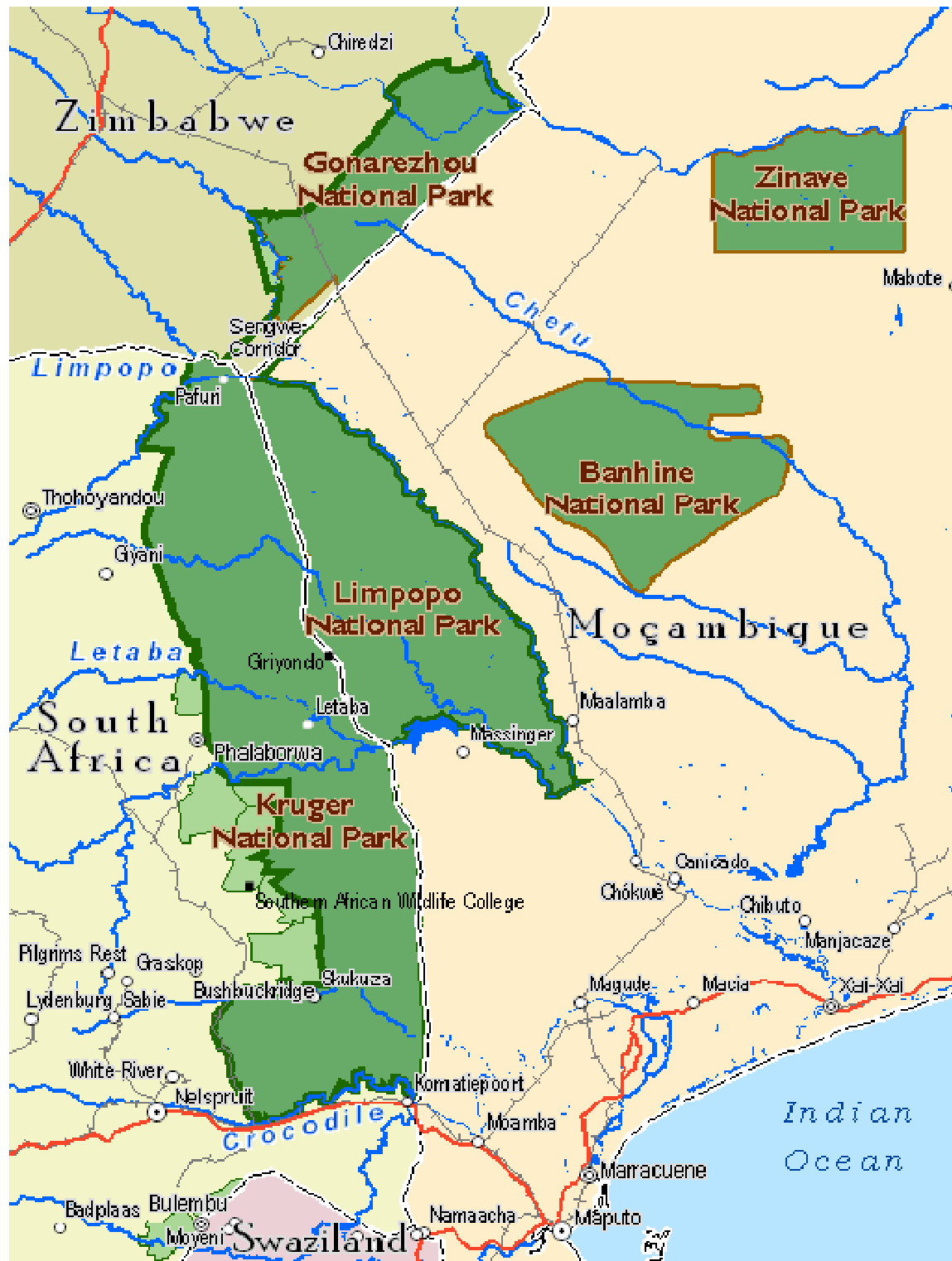
Endereços electrónicos.

- www.wcs-ahead.org,
- http://gestor.adm.ufrgs.br/adp/culturaorg_adpo14_2
- <http://www.epa.adm.br/cultura.htm>
- <http://www.jstor.org/stable/4404268>;
- <http://www.jstor.org/stable/4408255> on 29/01/2010;
- <http://jus.com.br/artigos/20126/compensacao-ambiental-em-unidades-de-conservacao-de-uso-sustentavel/2ixzz2kElJfcUd> em 10 de Novembro de 2013.

ANEXO 1

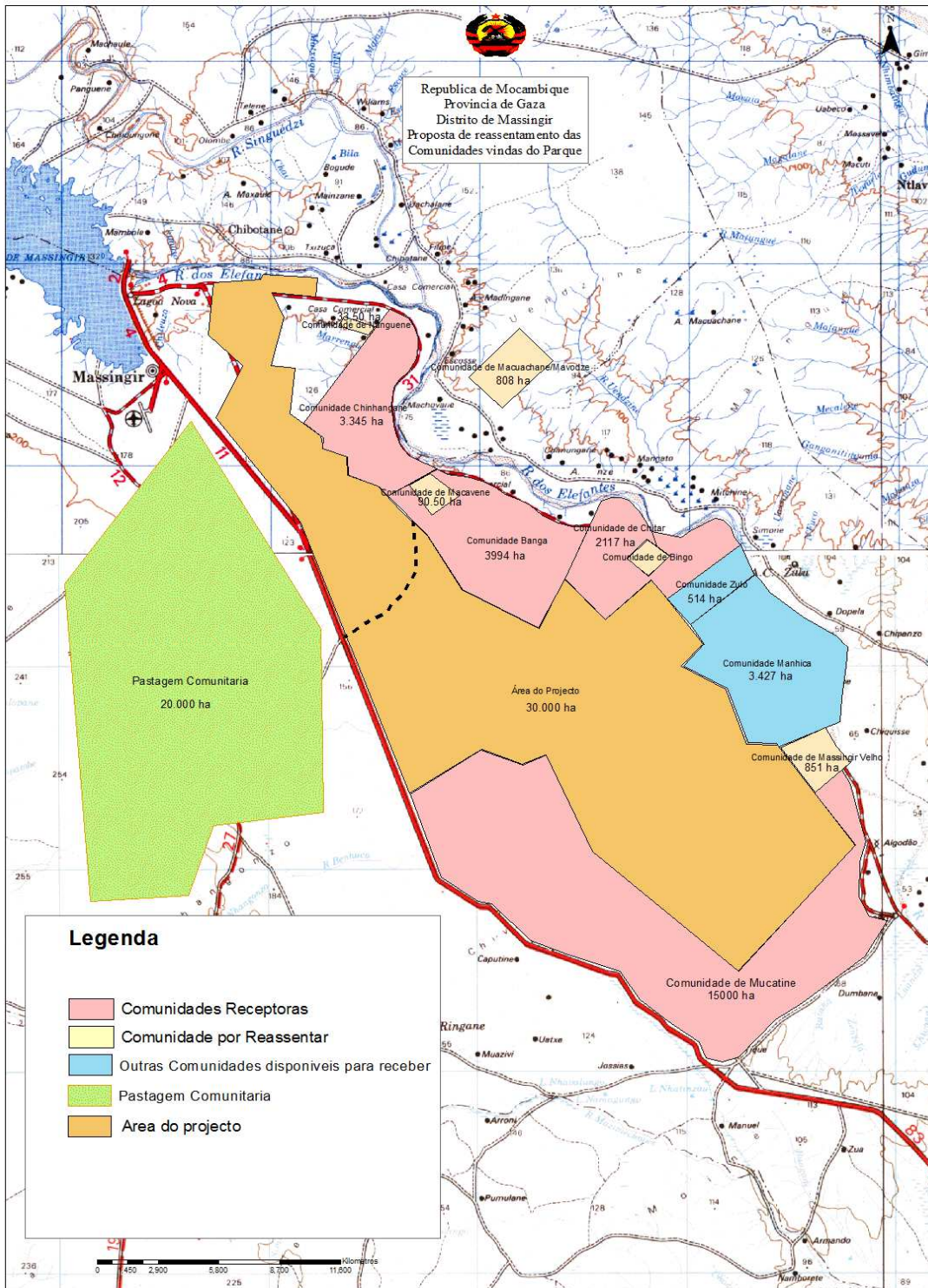
(Mapa das comunidades envolvidas no reassentamento)

Figura 1: Localização do Parque Nacional de Limpopo



Fonte: Parque Nacional de Limpopo

Figura 2: Localização das comunidades dentro e fora do PNL



Fonte: Parque Nacional de Limpopo

ANEXO 2

(Roteiro dos entrevistados)

Lista e Roteiro dos Entrevistados

1. Entrevistas Colectivas

1.1. Comunidade de Nanguene (5º bairro de Chinhangane): 14 de Novembro de 2013

Sra. Carlota Siteo,

Sr. Domingos Malhaule

Sra. Alicce Ngovene,

Sra. Arnia Siteo,

Sra. Amélia Mate,

Sra. Arlete Ngovene,

Sra. Rosalina Simango,

Sra. Melina Valoi,

Sra. Zaida Valoi,

Sr. José Zitha,

Sr. Filimone Zitha

Sra. Salieta Elmone Móngoe

Sr. Daniel Francisco Ngovene

Sr. João Malhaule

Sr. Ronaldo Malhaule

Sra. Marta Ngoveni

Sra. Fatima Valoi

Sra. Alina Malhaule

Sra. Esperança Havane

1.2. Comunidade de Chinhangane: 16 de Novembro de 2013

Sr. Vasco Manuel Ngovene

Sr. Feleciano Geremias

Sr. Januário Elias Ngovene

Sr. Antonio F. Ngovene

Sr. Razão Manhique

Sr. Salomão Malhaule

Sr. Joncar Alfredo

Sr. Xilucane Timane

1.3. Comité de Reassentamento ao nível da província, 28 de Julho de 2011, Xai-Xai

Director Provincial de Agricultura de Gaza;

Director Provincial da Coordenação da AcçãoAmbinetal

Director Provincial do Turismo

Técnico da Direcção Provincial das Obras Publicas

Delegado do INGC – Gaza,

2. Entrevistas Individuais

Sr. Teodósio Bento Nunes Jeremias, Lhuvuka, responsável de consórcio das ONGs (Lhuvuka);

15 de Julho de 2011, sede do distrito de Massingir;

Sr. Antonio F. Ngovene, líder comunitário de Chinhangane, 16 de Novembro de 2013.

Sr. João Bernardo Ngoca, representante da ORAM, 15 de Julho de 2011, sede do distrito de Massingir;

Sr. FilimoneZitha, Membro da comunidade (ancião), 14 de Novembro de 2013;

Sr. Ronaldo Malhaule, líder da comunidade de nagueene, 13 de Novembro de 2013;

Sr. Vasco Manuel Ngovene, líder da comunidade de Chinhangane, 16 de Novembro de 2013

Sr. Abel Nhalidade, coordenador do reassentameto ao nível do PNL, 12 de Novembro de 2013;

Sr. António Abacar, Administrador do PNL, 12 de Novembro de 2013;

Sr. Germano Dimande, representante dos assuntos comunitários, 15 de Julho de 2011, PNL;

Sr. Baldeu Chande, antigo Administrador do PNL, 20 de Agosto de 2012, PNL;

Sra. Tina Utui, técnica de reassentamento no PNL, 13 de Novembro de 2013 - PNL;

Sr. Flávio Tsaninga, Técnico de reassentamento, 13 de Novembro de 2013 – PNL;

Sr. Administrador de Massingir, 12 de Agosto de 2012;

Secretaria Permanente do Distrito, 13 de Novembro de 2013, Sede do Distrito de Massingir;

Director das actividades económicas e Planeamento e Infra-estruturas, 11 de Agosto de 2012;

Sr. AntonyAlexanser representante do *Peace ParkFoudation*, 12 de Agosto de 2012 – PNL;

Sr. Celso de Sousa, Técnico de reassentamento, 13 de Novembro de 2013 – INGC;

Sr. Feliciano Luís Torres Posso, Engenheiro civil, 14 de Novembro de 2013 – INGC;

Sr. Casimiro Abreu Director Nacional Adjunto de INGC, 14 de Setembro de 2012 – Maputo;

Sr. Bartolomeu Soto, Coordenador das Áreas de Conservação Transfronteiriças – ACTF, 14 de Setembro de 2012.

ANEXO 3

(Guião das Entrevistas)

Guião de perguntas para a recolha de dados primários no campo

Com base nos objectivos traçados para o presente trabalho, foi elaborado um guião de perguntas para os diferentes intervenientes no processo de reassentamento das famílias da comunidade de Nanguene, antes da sua aplicação, foi testado numa das comunidades reassentadas aquando da reabilitação da barragem de Massingir.

1. Dados gerais

- Origem das populações da comunidade de Nanguene
- Numero das famílias reassentadas
- Numero das famílias dentro da comunidade reassentada hoje
- A quanto tempo foram reassentadas
- Existência de famílias que saíram da comunidade de Nanguene depois de reassentamento
- Existência de novas famílias na comunidade

2. Principais actividades que garantem o sustento da família

- Principais actividades que os membros da família desenvolviam antes de serem transferidos para zona de reassentamento
- Principais actividades que os membros da família desenvolvem depois de reassentamento;
- Distâncias que os membros de família percorriam até chegarem ao local onde desenvolviam a actividade antes de ser reassentado
- Distancia que percorrem hoje para chegar ao local onde desenvolvem a actividade
- Se já não praticam a actividade que desenvolviam antes, quais são os motivos que levaram com que não praticassem mais?
- Quais são as diferenças nessas actividades antes e depois de reassentamento? Olhando para a distância, facilidades de acesso,
- Nível de produção que obtinham na comunidade onde viviam antes de reassentamento
- Para além do sustento o que faziam com a produção/ se vendiam, qual era o mercado?
- Nível de produção que tem hoje nas áreas de reassentamento.

- Para além do sustento o que fazem com a produção/ se vendem em que mercado?
 - Número das pessoas da famílias que desenvolviam actividades de rendimento na comunidade onde viviam antes de reassentamento;
3. Actividades de rendimento
- Número de famílias que desenvolvem actividade de rendimento já a viver na nova comunidade onde foram reassentados
 - Tipo de actividades de rendimentos desenvolvidas pelos membros de família
 - Antes de viver nas áreas de reassentamento desenvolviam alguma actividade de rendimento ou não? Se sim quais as diferenças entre a actividade antes e depois de reassentamento.
 - Olhando para questões de género quais as actividades de rendimento que são mais desenvolvidas por pessoas do sexo masculino ou feminino?
 - Divisão de trabalho quanto a idade (jovens, população economicamente activa ou população adulta)
4. Hábitos e costumes
- O que se faziam a comunidade onde viviam quando alguém perdesse a vida, seja do sexo masculino, feminino em diferentes idades? Se fazia-se alguma coisa, essa prática continua ou não? Se não continuam porque não?
 - Quando alguém perde a vida onde é enterrado? Num cemitério familiar? Num cemitério comunitário? Dentro ou fora da comunidade? Existe alguma diferença do que fazem hoje do que faziam antes de reassentamento?
 - Existe alguma cerimónia específica que a família/comunidade faz por porque alguém perdeu a vida? Se sim quando é que acontece esta cerimónia? E o que se faz? Nessa cerimónia. Existe alguma diferença do que fazem hoje do que faziam antes de reassentamento?
 - Existe alguma cerimónia que a família/comunidade faz para invocar chuva? Quando há alguma praga ou um outro acontecimento indesejado? Se sim qual e como é que se faz? Esta prática era feita antes do reassentamento ou não?
 - Casamentos. Que tipo de casamentos são celebrados nesta família/comunidade? O que se faz em cada tipo de casamento?

- Quando alguém está doente na família/comunidade para onde vai para procurar tratamento? Unidade sanitária? Médicos tradicionais? Procura de raízes localmente? Outras coisas que fazem especificarem. Como tratavam antes de reassentamento?

5. Acesso as infra-estruturas sociais e meios de transporte

- Tipo de fontes de água mais usadas pela família/comunidade na comunidade onde viviam antes de reassentamento e na comunidade de reassentamento?
- Tempo que levavam até chegar a fonte de água mais próxima na zona onde a comunidade vivia antes de ser reassentada e na comunidade onde vive hoje.
- Tratamentos que se faz a água antes de beber.
- Há algum custo pela água? Se sim quanto é que se paga? Na zona onde a comunidade vivia antes de ser reassentada e na comunidade onde foi reassentada.
- Tipo de combustível usado para iluminação e cozinha na zona onde a comunidade vivia antes de ser reassentada e na comunidade onde foi reassentada.
- Distancia que levam para chegar ao local onde se busca o combustível de iluminação e cozinhar na zona onde a comunidade vivia antes de ser reassentada e na comunidade onde foi reassentada.
- Formas de aquisição deste combustível (em termos de custos) na zona onde a comunidade vivia antes de ser reassentada e na comunidade onde foi reassentada.
- Existe uma escola ao nível da comunidade? Se sim até que nível esta escola lecciona? Na comunidade onde viviam existia uma escola? Que nível era leccionado nessa escola?
- Quanto tempo levava as crianças para chegar a escola na comunidade onde viviam?
- Quais são os meios de transporte que circulavam na vossa comunidade, quais eram os principais destinos? Na nova zona quais são os meios de transporte que existem? Quais são os principais destinos destes meios de transporte?

6. Liderança

- Como estava organizada a comunidade em termos de poder antes de reassentamento
- Depois de reassentamento alguma coisa mudou em relação ao poder nesta comunidade? Se sim o que mudou?
- Quem era o líder desta comunidade antes de reassentamento
- Como é que esta pessoa chegou ao poder?

- As outras pessoas que fazem parte da estrutura do poder da comunidade como é que chegaram a estes lugares?
- A que regulado a comunidade reassentada pertence
- O facto de ter mudado de região levou com que mudassem do regulado ou não?
- Quais são as implicações de mudar de um local para o outro em termos do poder tradicional.

7. Relação entre a comunidade reassentada e comunidade hospedeira

7.1. Comunidade reassentada

- Quem escolheu este local para o reassentamento?
- Porque é que escolheram este local?
- Quais são as vantagens e desvantagens de estar neste local?
- Uso dos recursos naturais (que recursos naturais existem nesta nova comunidade)?
- Como é feita a partilha dos recursos naturais entre a comunidade reassentada e a comunidade hospedeira?

7.2. Comunidade hospedeira

- Principais actividades desenvolvidas nesta comunidade, identificar as de rendimento.
- Existem novas famílias que não sejam dos reassentados que procuram fixar-se nesta comunidade?
- Quais são os critérios de aceitação das pessoas/ famílias para integrar na comunidade?
- Há alguma cerimónia que se faz para a integração de uma nova pessoa/família?
- Há algum custo para integrar a vossa comunidade?
- Como é que a pessoa/família integra-se nas principais actividades desenvolvidas nesta comunidade?
- Como é que a pessoa/família pode se beneficiar dos recursos naturais existentes na vossa comunidade?
- Olhando para a comunidade reassentada, haverá alguma diferença na forma de integração desta comunidade com outros que vieram individualmente? Se sim quais são as diferenças?

- Desde a altura que esta comunidade veio se estabelecer na vossa comunidade o que mudou?
 - A que regulado esta comunidade pertence? Haverá alguma relação entre o regulado da comunidade reassentada e a hospedeira?
 - Quais são as implicações de convivência de duas comunidades de regulados diferentes?
 - Quais são as formas de organização do poder ao nível da vossa comunidade? De que forma a comunidade integrou a comunidade hospedeira na organização do poder local/tradicional?
8. Nível de satisfação com o processo de reassentamento
- O que correu bem e o que correu mal?
 - Como maximizar o que correu bem e como minimizar o que correu mal nos próximos reassentamentos;

Observação

- Características físicas das infra-estruturas habitacionais na zona onde a comunidade vivia antes de ser reassentada e na comunidade onde foi reassentada incluindo a comunidade hospedeira.
- Características físicas das infra-estruturas de saneamento na zona onde a comunidade vivia antes de ser reassentada e na comunidade onde foi reassentada.
- Disposição das habitações (casas aglomeradas ou dispersas) na zona onde a comunidade vivia antes de ser reassentada e na comunidade onde foi reassentada.
- Local de pastagem de gado na zona onde a comunidade vivia antes de ser reassentada e na comunidade onde foi reassentada.

ANEXO 4

(Reportagem Fotográfica das infra-estruturas)

Figura3: Tipo de casas das famílias de Nanguene dentro do PNL



Fonte: Parque Nacional de Limpopo

Figura4: Outro tipo de casa das famílias de Nanguene dentro do PNL



Fonte: Parque Nacional de Limpopo

Figura5: Tipo de Infra-estruturas complementar (Celeiro)



Fonte: Parque Nacional de Limpopo

Figura6: Outro tipo de infra-estrutura complementar (Curral)



Fonte: Parque Nacional de Limpopo

Figura7: Nova escola dos alunos de Nanguene



Fonte: Felizarda Machel

Figura8: Fonte de água onde a comunidade de Nanguene busca água



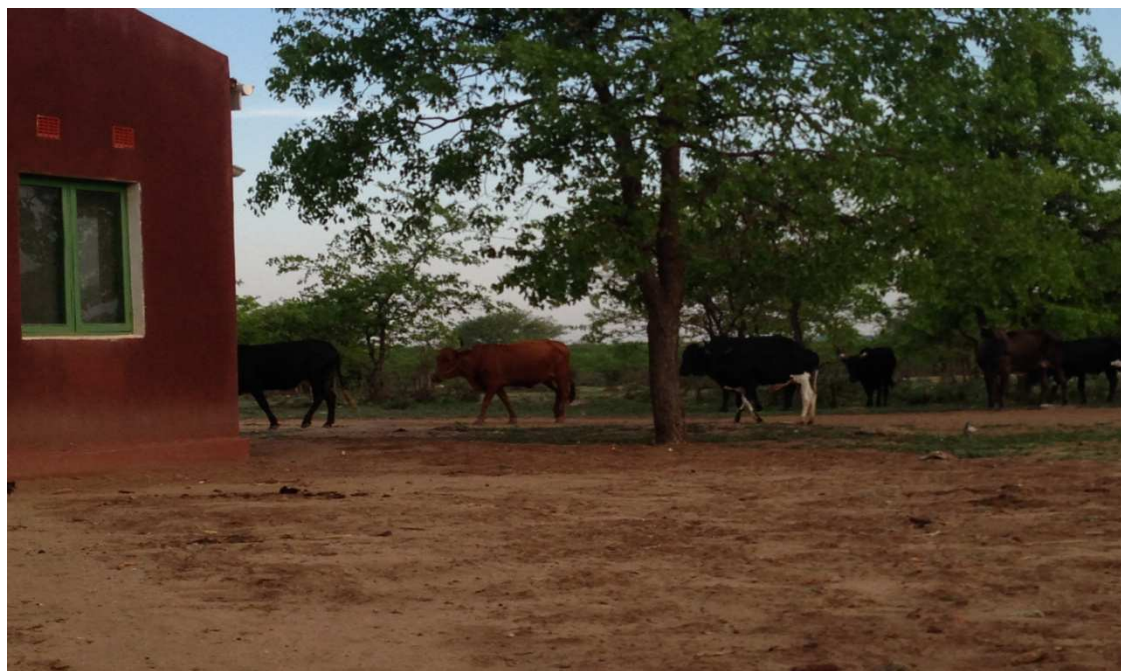
Fonte: Felizarda Machel

Figura9: Casa principal e casas complementares das famílias reassentadas em Chinhangane



Fonte: Felizarda Machel

Figura10: Gado a pastar junto as áreas de residências



Fonte: Felizarda Machel

Figura11: Novas casas das famílias reassentadas

